



UFRJ

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL**

Trabalhadores mexicanos nos EUA:
a questão da superexploração à luz do debate sobre as migrações laborais e a racialização da
força de trabalho latina

Estudante: Yanne Guimarães

Orientador: Dr. Mathias Seibel Luce

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título de
Graduada em Serviço Social

Rio de Janeiro

2021

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus familiares e amigos que sempre estiveram comigo, me apoiando e enxergando em mim o potencial que eu não via.

Sou grata aos meus pais, Lucimar e Júlio César Guimarães, por sempre terem acreditado em mim e nunca terem medido esforços e incentivos para que eu conseguisse alcançar meus sonhos. Durante meus anos de graduação ambos acordavam todos os dias ainda de madrugada, ela às 3h para trabalhar; e ele às 5h para me levar no ponto de ônibus. Tenho muito orgulho dos dois e espero deixá-los orgulhosos de mim.

Aos meus irmãos Yandra, Bruno e Soraya, que sempre me apoiaram e compartilharam dos meus momentos de felicidade. Um dos momentos mais especiais para mim na UFRJ foi poder cursar uma disciplina com minha irmã Yandra como colega de classe.

Ao Bruno, meu namorado, pela paciência e compreensão nas diversas vezes em que precisei me isolar para estudar. Mais da metade desse trabalho foi escrita no seu quarto, isolada durante a pandemia, com você renunciando à sua privacidade e conforto para que eu pudesse estudar e escrever com o mínimo de estresse possível.

Às minhas amigas Beatriz Seidensticker, Fabiane Borges, Giulia Flores e Roberta Lima. Vocês são um presente e foram fundamentais na minha trajetória. Minhas companheiras de trabalhos, provas, almoço e bater perna no Rio Sul. A pandemia roubou nosso último semestre presencial, mas ter vocês, ainda que virtualmente, na minha vida foi uma luz nesse período terrível.

À minha primeira melhor amiga, minha pessoa, mais do que outra metade, Marcela Queiroz, agradeço simplesmente por ter vindo ao mundo. Eu não sei o que eu fiz para merecer a sua amizade, mas sou grata todos os dias por ela. Esse é só mais um passo na direção de tudo o que vamos conquistar juntas.

À professora Carla Cecilia Campos Ferreira e ao professor Henrique Safady Maffei por terem aceitado compor a banca de TCC.

Em Janeiro de 2019, durante um intercambio no Canadá, por uma emergência precisei de um lugar para ficar e fui prontamente acolhida por uma família de imigrantes colombianos. Sem falar inglês, Maria Jose saiu de uma posição privilegiada na Colômbia em buscar de melhores

oportunidades para os filhos, no novo país trabalhava cerca de 10 horas por dia em uma loja de roupas. Em uma das muitas conversas sobre sua vida, Maria me disse “Maria José es una mujer fuerte”. Agradeço a Maria Jose, uma mulher forte, pela oportunidade de conhecer pela primeira vez de perto a força do imigrante latino-americano em um país do Norte.

RESUMO

A relação de subordinação e dependência entre México e Estados Unidos apresenta várias faces e uma delas se expressa no cenário específico da dinâmica migratória de trabalhadores mexicanos rumo ao território estadunidense. Esse trabalho tem como objetivo analisar essa questão, estudando-a nos marcos das relações de dependência, trazendo o debate sobre as diferentes condições de superexploração que esses trabalhadores enfrentam em seu país de origem e destino. Por meio da análise de dados estatísticos, de processos econômico-sociais e sociopolíticos e de debates previamente levantados por estudiosos do assunto, é evidenciada a importância econômica dos migrantes mexicanos para ambas as formações econômico-sociais - México e EUA. Na primeira, através do envio de remessas salariais. Na segunda, mediante dinamização demográfica e seu duplo papel no exército industrial de reserva. Junto a isso, é traçada uma imagem da situação desses trabalhadores em um cenário mais recente, como alvo de intensa xenofobia, ao mesmo tempo que são protagonistas na luta por acesso a direitos.

Palavras-chave: migrações laborais; superexploração e dependência; trabalhadores mexicanos; remessas salariais; relações EUA-México.

LISTA DE SIGLAS

DACA - Deferred Action for Childhood Arrivals

DREAM [Act] - Development, Relief, and Education for Alien Minors Act

EUA - Estados Unidos da América

NAFTA - North American Free Trade Agreement

PIF - Programa de Industrialização Fronteiriça

PRC - Pew Research Center

TLCAN - Tratado de Libre Comercio de América del Norte

UCLA - Universidade da Califórnia em Los Angeles

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1. TRABALHADORES MEXICANOS NOS ESTADOS UNIDOS E A QUESTÃO DA FORÇA DE TRABALHO MIGRANTE LATINA À LUZ DO DEBATE SOBRE A FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL	14
1.1. Migração laboral, racialização e polarização ocupacional.....	14
1.2. Mercado de trabalho e superexploração na América setentrional.....	20
2. TRABALHADORES LATINOS NOS ESTADOS UNIDOS E AS LUTAS CONTRA A XENOFOBIA E A SUPEREXPLORAÇÃO	33
2.1. A geração dos "dreamers" e as lutas dos migrantes por direitos: de 2006 aos dias atuais.....	33
2.2.O voto latino e a escalada xenófoba da "alt-right"	40
CONCLUSÃO.....	48
REFERÊNCIAS	50
ANEXOS.....	54

INTRODUÇÃO

O filme “Um dia sem mexicanos”, de Sergio Arau, produção do ano 2004, retrata de maneira fictícia uma Califórnia que, após ter suas fronteiras isoladas por um nevoeiro, vê seus habitantes de origem latina desaparecerem. Com um tom cômico e irônico, o filme aborda as consequências sociais e econômicas que o desaparecimento dessa parcela da população implicaria para a economia e a vida estadunidenses. Dessa forma, através da introdução de personagens considerados latinos e brancos e da representação de suas relações familiares, de amizade e laborais, o filme expõe a importância desses migrantes e seus descendentes para a sociedade capitalista no estado da Califórnia, assim como os preconceitos e discriminações que enfrentam diariamente.

Verifica-se que, apesar de retratar o desaparecimento de todos os nacionais e imigrantes de origem latino-americana, o título do filme faz referência aos “mexicanos”. Como demonstrado na obra, é comum entre os estadunidenses não-latinos a suposição generalista de que todos aqueles originários ou descendentes do “sul da fronteira” sejam mexicanos. Utilizam assim os termos “latino” e “mexicano” como se fossem sinônimos, deixando transparecer o desconhecimento, seja por preconceito, seja por ignorância, da existência de cerca de 30 outras nações do continente. No entanto, as representações de manifestações preconceituosas contra o povo latino-americano não se limitam a uma análise do título. Assim como na realidade, essas ações discriminatórias ocorrem desde falas “bem intencionadas” de colegas no ambiente de trabalho, até as mais descaradas por parte daqueles que são assumidamente contra a presença dessa parte da população de origem hispanoamericana.

Dessa forma, o filme tem em George McClare um dos seus personagens mais problemáticos. Porta-voz do grupo anti-imigração e filho de fazendeiro que emprega trabalhadores imigrantes, McClare reproduz ideias preconceituosas acerca dos migrantes latinos. Afirma ser seu dever defender seu país contra os que cruzam a fronteira ilegalmente, supostamente trazendo drogas, sendo sustentados em tese pelo governo e “roubando” os empregos e o modo de vida daqueles que ele considera locais. Além disso, culpabiliza esses estrangeiros pelo suposto desaparecimento dos estadunidenses brancos dentro de seu próprio país.

As falas de tal personagem são uma representação de ideias reproduzidas na realidade e que levantam questões importantes acerca das noções preconcebidas sobre a chegada e a permanência dos imigrantes latino-americanos em solo estadunidense. Levando essas falas em consideração, pode-se refletir: analisando a histórica relação entre México e Estados Unidos, qual país avançou sobre quais fronteiras? Em que se sustenta o *american way of life* e qual a contribuição dos trabalhadores migrantes para esse estilo de vida? Quais os empregos ocupados por essa população migrante em comparação aos ocupados pelos considerados locais? O quanto os trabalhadores migrantes se beneficiam quando comparado ao quanto contribuem para a economia estadunidense? Que fenômeno explica o "desaparecimento" da população branca?

De todo modo, é importante observar como o filme busca contrapor os preconceitos, discriminações e simplismos sobre os latino-americanos, sobretudo com a demonstração da importância que esses indivíduos representam para a economia e sociedade californiana. Apesar da obra apresentar o impacto dos desaparecimentos nas relações familiares e de amizade, é dada uma maior ênfase na falta que os imigrantes fazem em seus postos de trabalho. Sendo assim, na delegacia faltam policiais, nos esportes faltam jogadores, nas escolas faltam professoras e na casa do senador, que se orgulhava de contratar apenas imigrantes documentados, faltam as roupas limpas e o café da manhã pronto. Ao mesmo tempo, com as carências desses trabalhadores nas fazendas, há uma escassez no abastecimento de alimentos frescos. Além de servirem como mão de obra barata, os trabalhadores latinos são também consumidores e contribuintes, com seu desaparecimento representando uma queda significativa no consumo e na arrecadação. Dessa forma, não apenas a vida privada, mas a sociedade como um todo entra em um estado de caos.

Por sua vez, a parte emocional do filme fica por conta da história de Lyla Rodrigues, repórter nascida nos Estados Unidos e filha de pais mexicanos. A trama de Lyla se desenvolve com o mistério dela ter sido a única descendente direta de latino-americanos a não desaparecer. A repórter é hospitalizada após um acidente de carro e passa a "pertencer" ao governo (fica sob custódia da autoridade política do país) na busca de entenderem o que teria causado o sumiço em massa. Assim, em meio à dramatização acerca do local de nascimento e real origem de Lyla, ela afirma considerar que o lugar de onde uma pessoa veio não é mais importante do que a maneira como foi criada.

Aqui o filme abre a oportunidade também para a discussão de questões reais e atuais acerca do que constitui a cidadania, principalmente daqueles que foram criados fora de seu país

de origem, tendo status legal ou não. Na trama, o que equipara Lyla aos mexicanos misteriosamente desaparecidos é sua expressa vontade de se identificar como mexicana. Na realidade, o que torna uma pessoa estadunidense? Quais as dificuldades que os imigrantes ilegais encontram para conseguir a documentação e permanecer no país? E quanto aqueles emigrados ainda crianças - que são criados como estadunidenses - mas não possuem status legal? Seu local de nascimento e status de permanência possui um peso maior do que a imersão cultural em que cresceram e a maneira como se reconhecem no país em que constroem sua vida?

Levando em conta o que foi apresentado, observa-se como o filme de mais de uma década atrás pode levantar discussões relevantes para o momento atual. Além disso, apresenta em sua produção informações e dados que refutam ideias preconceituosas que até os dias de hoje continuam sendo reproduzidas para justificar discursos de ódio contra os migrantes latino-americanos em solo estadunidense.

A partir disso, entende-se que movidos pelo anseio por melhores condições de vida e trabalho, há décadas contingentes humanos se arriscam ao tentar cruzar a fronteira sul dos Estados Unidos. A imigração dos trabalhadores latino-americanos para esse país é um tópico que, apesar de não ser recente nem tão pouco desconhecido, ganhou maior evidência nos últimos quatro anos devido as declarações e práticas do então presidente estadunidense, Donald Trump. Apesar desses imigrantes serem oriundos de diversas nações e pertencentes a diferentes etnias presentes na América Latina, a nacionalidade que mais recebe atenção é a mexicana. Isso se deve, pois cerca de 25% de todos os imigrantes nos Estados Unidos são mexicanos¹, tornando o México a maior fonte de imigrantes do país vizinho em tempos atuais. Mas, ao mesmo tempo, existem os demais fatores já referidos.

Assim, o filme “Um dia sem mexicanos”, de Sergio Aral, ajuda a ilustrar essa forte presença. Ao retratar uma Califórnia que acorda com o desaparecimento de seus residentes de origem latina, conforme dito, a obra promove uma análise reflexiva sobre a questão imigratória. Através de um humor sarcástico são exploradas as relações entre os personagens latinos e os nativos² brancos, expondo também os preconceitos e discriminações que os imigrantes enfrentam diariamente. Ao refutar noções erradas e preconcebidas, o filme transmite as informações

1 “Quick Immigration Statistics: United States”, The Immigrant Learning Center. Disponível em: <<http://www.ilctr.org/quick-us-immigration-statistics/>>. Acesso em outubro de 2020.

2 Ver, mais à frente, nota de rodapé n. 8 no Capítulo 2, sobre os diferentes usos do termo "nativo" e "população nativa".

pertinentes e revela as consequências sociais e econômicas que seriam acarretadas por tal desaparecimento. De maneira perspicaz, é proporcionada uma reflexão acerca da importância desses imigrantes e seus descendentes para a manutenção do *american way of life*.

No entanto, é preciso ressaltar que a relação entre esses dois países vizinhos possui elementos que vão além da questão migratória e que se iniciam antes mesmo da completa formação dos dois países como nações. Para melhor compreender a imigração dos trabalhadores mexicanos e a sua condição de exploração pelo vizinho ao norte, é preciso entender a especificidade com que se desenvolve a relação de dependência entre México e Estados Unidos. A partir desse entendimento também é possível refutar as inverdades defendidas como fatos pelas ideias xenofóbicas do sistema de dominação.

Na metade do século XIX o México teve mais da metade de seu território tomado pelos Estados Unidos³ e ali teve início a subjugação do povo mexicano ao poder estadunidense, sendo desde então subordinado nas relações bilaterais e internacionais, incluindo a opressão de cunho étnico-racial, um dos fundamentos para que os direitos de contingentes seus à cidadania viessem a ser negados em solo estadunidense (ROMAN e ARREGUI: 2016). Ao mesmo tempo, o México se vincula ao mercado mundial como uma economia subordinada e dependente, principalmente aos Estados Unidos (SOTELO VALENCIA: 2019).

É nesse momento que se apresenta o problema de pesquisa que motivou esse TCC. Com a leitura de “Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias. Uma visão histórica”, de Mathias Luce (2018), chamou atenção como as relações de dependência se caracterizam pela superexploração da força de trabalho nos países dependentes, traço distintivo dessas economias, conforme sublinhado por Ruy Mauro Marini e como é o caso do México, um país de capitalismo dependente. Devido a sua condição de formação dependente, a penúria enfrentada por esses trabalhadores é diferenciada daquela enfrentada pelos demais trabalhadores que se encontram em países centrais. Os trabalhadores mexicanos, historicamente, são expropriados de maneira estrutural e sistemática em um processo de superexploração. As características intrínsecas a formação das nações como o México estrutura um quadro que permite a subjugação dos indivíduos às mais nefastas condições de vida e trabalho. É dessa situação que eles se veem compelidos a se lançar em fluxos migratórios ou migrações laborais.

Assim sendo, vemos que uma das causas para que os trabalhadores mexicanos emigrem para o país vizinho é a busca tanto de uma condição de vida melhor para si, quanto para amparar aqueles familiares que permanecem no México. A partir disso, se torna fundamental aprofundar o estudo sobre as razões que impulsionam essa migração e as condições de vida desses trabalhadores mexicanos quando em solo estadunidense.

Apesar dessa melhoria ser possível quando comparada com seu local de origem, uma vez nos Estados Unidos há um significativo contraste entre as condições de vida desses imigrantes e a dos demais residentes. Segundo Canales (2017), devido a um fenômeno social reprodutor de um sistema de diferenciação social baseado em raça e etnia, os latinos ocupam os espaços laborais de menor remuneração, de forma que sua mobilidade social e ascensão nos Estados Unidos se torna impossibilitada ou, pelo menos, estruturalmente obstaculizada. Para muitos cidadãos locais, nem mesmo os direitos básicos como moradia, educação e saúde deveriam chegar aos imigrantes (GABORIT, 2020). Com isso, observa-se que as condições de mazela das quais escapam, são continuadas sob outras formas em solo estadunidense. Daí que surge uma hipótese de estudo, segundo a qual, na tentativa de contornar conjunturalmente uma crise estrutural, os Estados Unidos adotam, de maneira particular, aspectos da superexploração mais típicos dos países dependentes.⁴

Levando isso em consideração, buscou-se a reunião de informações que auxiliassem responder se a superexploração dos trabalhadores mexicanos seria continuada nos Estados Unidos, mas com a presença de traço novos, pertinentes às economias centrais. Para entender essa particularidade, compreende-se a partir de Luce (2018) que a superexploração se manifesta

4 Extrapola o tempo e espaço que se dispõe para esse TCC esmiuçar o debate teórico sobre a superexploração. E mesmo a hipótese recém mencionada, ela é trazida como um contexto de debate, mas cuja comprovação requer aprofundamento de investigações. Nos limites deste TCC, cabe assinalar que no debate da teoria marxista da dependência existem diferentes pontos de vista sobre o uso do conceito de superexploração. Para Amaral (2018), deve-se limitar o uso dessa categoria de análise para os países dependentes, pois ela seria indissociável das transferências de valor dos países dependentes para os países imperialistas e a função de mecanismo de compensação exercido pela superexploração para garantir a taxa de lucro das classes dominantes das formações dependentes. Já para Sotelo Valencia (2019), a superexploração, sem deixar de ser o elemento estrutural do capitalismo dependente, apresenta-se hoje como uma realidade mundial, nas tendências que o autor chama de "geopolítica da precarização global". Nessa, a força de trabalho migrante (como os mexicanos nos EUA e africanos e asiáticos na Europa) é um dos veículos para a generalização da superexploração inclusive em países dominantes. Sotelo entende que o conceito original de Marini permanece vigente, sendo preciso buscar as mediações para analisar a particularidade dos dias atuais. Por sua vez, Carlos Eduardo Martins (2018), propõe uma nova interpretação sobre a superexploração, partindo da definição fundadora de Marini, mas apresentando uma nova definição para a categoria de análise, também pensando o contexto em que as relações de superexploração tendem a se generalizar na fase atual do capitalismo.

de maneira estrutural nos países dependentes e conjuntural nos países centrais. Uma das conjunturas que requereriam a superexploração nos países centrais é a de crise econômica. De acordo com Canales (2012), para que uma crise seja contornada, seu ônus costuma ser transferido para os trabalhadores imigrantes, com essa transferência manifestando-se, dentre outras maneiras, através da precarização de suas condições de vida e trabalho. É possível enxergar esses elementos na crise que atravessou não somente, mas principalmente, os Estados Unidos em 2008. Ainda segundo Canales (op. cit.), durante essa crise os imigrantes latino-americanos foram afetados de maneira peculiar: em vez do desemprego, eles foram assolados pela precarização intensa dos empregos que mantiveram. Ademais, de acordo com Roman e Arregui (2016), na migração laboral para os Estados Unidos, os mexicanos estariam trocando uma forma de sofrimento por outra.

Diante do recém exposto, a partir de Roman e Arregui (Idem) pode ser feita uma leitura da relação de dependência entre México e Estados Unidos e como ela se materializa na crise citada anteriormente. Para eles, a imigração é um dos meios mais importantes ao capitalismo para obtenção de mão de obra vulnerável. Dessa forma, os trabalhadores mexicanos seriam fundamentais para a composição do exército industrial de reserva dos Estados Unidos⁵, sendo um fator chave para o capitalismo desse país em ambos os lados da fronteira. Esses trabalhadores se tornam uma espécie de bode expiatório para os avanços da precarização das condições de trabalho e vida tanto dos demais imigrantes quanto da população nativa. Sobre eles recaem não somente o rebaixamento das condições, mas também a culpa pela sua ocorrência. Ainda de acordo com os autores citados, mesmo em cenário de crise, o fluxo de imigrantes originários do México teria continuado intenso. De fato, os autores mencionados acima revelam que a economia mexicana é de tal forma dependente da economia estadunidense que uma crise nos Estados Unidos significa também uma crise no México (ROMAN e ARREGUI: 2016).

Assim, pode-se observar que a imigração de seus nacionais para os Estados Unidos serve ao México como uma válvula de escape para o desemprego e alívio dos problemas sociais, por conta das remessas enviadas para aqueles que permaneceram no país (MAÑAN GARCÍA e DELGADO WISE: 2007). Ao mesmo tempo, como já mencionado, os Estados Unidos exploram

5 Sobre o conceito de exército industrial de reserva, ver Karl Marx. O Capital. Crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013, cap. 23.

duplamente os trabalhadores mexicanos: em território estadunidense como imigrantes e em território mexicano através da indústria maquiladora (ROMAN e ARREGUI: op. cit.).

No entanto, não são somente os trabalhadores empregados que servem aos interesses capitalistas dos dois países. De acordo com Luce (2018), um dos elementos estruturais que permitiria a superexploração dos trabalhadores de países dependentes, como o México, seria a presença de um abundante exército industrial de reserva. A superexploração não seria apenas uma escolha, mas um requisito para que o capitalismo dependente pudesse tentar competir no mercado mundial (LUCE: 2018; ROMAN e ARREGUI: 2016). Dito de outro modo, a qualidade peculiar de exército industrial de reserva imposta aos mexicanos serve duplamente aos Estados Unidos: ao deixarem as circunstâncias originais de seu país, os migrantes mexicanos se tornam exército industrial de reserva em solo estadunidense; e ao permanecerem no México garantem os elementos de superexploração, da qual as empresas maquiladoras estadunidenses em solo mexicano se beneficiam (ROMAN e ARREGUI, idem). Portanto, através do entendimento das leituras citadas, é levantada a hipótese⁶ de que os imigrantes mexicanos seriam, ao mesmo tempo, expressão do exército industrial de reserva no país ao qual se destinam e no país de onde se originam. Dessa forma, constituiriam um elo especial nas relações de dependência entre México e Estados Unidos.

Esse elo especial será estudado, em uma primeira aproximação, ao longo deste TCC. O trabalho encontra-se dividido, além desta Introdução, em mais dois capítulos. No Capítulo 2, são abordados aspectos das migrações laborais México-EUA à luz do debate da diferenciação das formações econômico-sociais. Já no Capítulo 3, são analisados aspectos sociopolíticos dos migrantes mexicanos como sujeitos, incluindo a luta contra as ideologias xenófobas e a tensão que se constata entre o anseio de uma parte em aderir ao american way of life, ao passo que outra parte busca o reconhecimento de uma nova forma de cidadania internacional, sem abrir mão de suas raízes mexicanas no novo (ou ancestral) território. Por fim, nas Considerações Finais se retoma o percurso do TCC, incluindo o mote do filme "Um dia sem mexicanos" e seu significado crítico.

1. TRABALHADORES MEXICANOS NOS ESTADOS UNIDOS E A QUESTÃO DA FORÇA DE TRABALHO MIGRANTE LATINA À LUZ DO DEBATE SOBRE A FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL

No capítulo anterior, buscou-se a introdução de como as relações políticas e econômicas entre México e Estados Unidos através da história influenciaram em como a condição dos trabalhadores mexicanos, enquanto exército industrial de reserva nos dois países, serviu como elo da relação de dependência entre as ambas nações. Assim, foi apresentada também a contraposição dos preconceitos enfrentados pelos imigrantes mexicanos com as contribuições trazidas por eles para a economia e sociedade que os deprecia. Dessa forma, o próximo capítulo pretende se aprofundar sobre o local que ocupam esses imigrantes em um mercado com divisão laboral racializada e a influência deles na mudança demográfica do país de destino.

1.1. Migração laboral, racialização e polarização ocupacional

Em *Migración e Trabajo en Estados Unidos. Polarización ocupacional y racialización de la desigualdad social*, Alejandro Canales (2017) apresenta dados e estimativas sobre a divisão laboral e a desigualdade social nos EUA entre os brancos nativos e a população latina, assim como outras minorias. O autor apresenta, junto a isso, as perspectivas de mudanças demográficas a longo prazo para os EUA e como essas mudanças repercutem diretamente no avanço do racismo e discriminação étnica no país. Ao apresentar esses fatores, o autor declara defender a tese de que a dinâmica laboral dos Estados Unidos é configurada pela polarização da estrutura laboral e a racialização da estrutura de classes e desigualdade social.⁷

Dessa forma, Canales abre o texto afirmando que os preconceitos étnicos e raciais “desde sempre fizeram parte da estrutura social e cultural dos Estados Unidos” (Idem: p. 14), mas que recentemente teriam surgido novas formas de discriminação étnica. De acordo com ele, o avanço da população latina e seu potencial para alterar a balança demográfica atual, desbancando a

7 Sem desconhecer o peso do racismo na formação histórica dos EUA e como ele se voltou mais diretamente como ideologia justificadora do trabalho compulsório de africanos escravizados e o genocídio dos povos originários cujas terras foram usurpadas, estudos recentes vêm discutindo como a questão da racialização se materializa também contra populações hispânicas ou latinas, na estrutura de poder da sociedade em questão.

população branca como maioria absoluta, intensificaria as manifestações do racismo e da discriminação étnica também contra esse grupo.

Quando os apoiadores do discurso anti-imigração se manifestam afirmando que os imigrantes estão fazendo com que os nativos⁸ brancos desapareçam dentro de seu “próprio país” ou reproduzem a falácia de que os estrangeiros estariam roubando seus empregos, é do quadro apresentado por Canales que eles fingem se referir. O que ocorre é uma deturpação da realidade e desconsideração da história do país, ao qual insistem em servir de maneira supremacista. Afinal, nem toda a população latina nos Estados Unidos é imigrante ou descende deles. A anexação de territórios, em boa parte mexicanos, no século XIX através de guerras e tratados desfavoráveis ao México⁹ faz com que uma parcela da população latina tenha sua presença ancestral em terras hoje estadunidenses muito anterior a dos nativistas brancos que se declaram como os pertencentes legítimos daquele lugar. Entende-se que quando os anti-imigrantes se posicionam contra a chegada de estrangeiros, de maneira geral estão se referindo aos indivíduos originários de países mais pobres e de não-brancos, especialmente os latinos, mas também os negros e aqueles vindos do Oriente Médio e da Ásia.

De qualquer forma, a razão pela qual os nativos brancos estão perdendo espaço entre a população geral do país vai além da chegada dos imigrantes não-brancos. Em realidade, a chegada desses grupos de imigrantes e a alta taxa de natalidade dos latinos se faz importante para a economia estadunidense no longo prazo, justamente pelas tendências demográficas apresentadas pela população branca. Como o Canales (op. cit.) aponta, a população branca estadunidense está envelhecendo. Se o aparente desejo do branco anti-imigrante fosse atendido e medidas fossem tomadas para coibir a entrada dos imigrantes e o nascimento de seus filhos como estadunidenses¹⁰; os EUA provavelmente encontrariam dificuldades para fazer a reposição de sua força de trabalho e dar continuidade ao seu insaciável desejo por expansão e dominação

8 Entendo duas noções distintas de nativo quando em referência aos Estados Unidos. A primeira noção é a daqueles pertencentes aos povos originários que já habitavam as terras que hoje formam os Estados Unidos antes da invasão europeia. Esses povos ainda resistem e se nominam como povos nativos. Outra noção é a dos demais nascidos nos Estados Unidos e considerados cidadãos natos. A segunda forma de natividade é utilizada muitas vezes por indivíduos xenofóbicos, como os supremacistas brancos, para se diferenciar como uma espécie de cidadãos de primeira classe quando comparados com os imigrantes e seus descendentes.

9 Ver Ramiro Guerra (1973).

10 Em referência a declaração do ex-presidente Trump, ainda em seu mandato, de que pretendia encerrar o direito à cidadania estadunidense daqueles nascidos em solo nacional independente do status migratório dos pais. Ver <<https://www.nytimes.com/2019/08/22/us/birthright-citizenship-14th-amendment-trump.html>>. Acesso em novembro de 2020.

econômica. Afinal, a imigração tende a se articular com as demandas por força de trabalho do local de destino, se inserindo nas atividades de reprodução social do local receptor e preenchendo as lacunas causadas pelas mudanças sociais, permitindo que elas ocorram (CANALES, 2012).

Assim, o trabalho exercido pelos imigrantes, especialmente aqueles de origem latina, constitui mudanças sociais necessárias para que a sociedade estadunidense continue a se mover.

De acordo com a análise do Censo estadunidense realizada pelo Pew Research Center (SCHAEFFER: 2019), "a maior parte dos brancos nos Estados Unidos possuem 58 anos - mais do dobro da idade apresentada pela maior parte das minorias étnicas e raciais". Ainda de acordo com essa análise, 63% da população latina está na faixa-etária de 0 a 37 anos, enquanto os brancos nessa mesma faixa são 43%. No entanto, 46% dos brancos têm entre 38 e 72 anos, enquanto apenas 34% da população latina se encontra nessa faixa de idade. Ou seja, a maior porcentagem da população branca é mais velha do que a maioria da população latina. Junto a isso, os brancos registram taxas menores de natalidade quando comparado aos latinos. Em outra análise do Censo estadunidense realizada pelo Pew Research Center (apud COHN: 2016) foi revelado que em 2015 a maioria dos bebês nascidos eram de minorias étnicas e raciais. Segundo a análise:

As populações minoritárias cresceram mais rapidamente (quando comparado com a branca) em parte porque esses grupos são mais jovens do que os brancos e incluem uma grande parte das mulheres em idade fértil. Algumas minorias, especialmente latinos, têm maior taxa de natalidade do que os brancos. Somado a isso, um número crescente de bebês está nascendo de casais onde um dos pais é branco e o outro não (Pew Research Center, It's official: Minority babies are the majority among the nation's infants, but only just).

Como visto, a mudança demográfica se deve, pois enquanto a população branca está em um processo de envelhecimento, a população latina se fortalece com a chegada constante de novos imigrantes, uma maior porcentagem da população em idade reprodutiva e com taxas maiores de natalidade (CANALES: 2017). Com isso, novamente segundo Canales, os EUA estariam deixando de ser um país de uma maioria branca e diversas minorias étnicas, para uma nova clivagem de minorias, formada pela contraposição entre brancos e latinos, além da histórica minoria representada população negra. Ainda assim, ele salienta que nenhuma das duas "grandes minorias" futuras teriam peso para compor uma maioria absoluta (CANALES: op. cit., p. 14). Para o ano de 2025 previsões são de que a população branca alcançará seu máximo volume e a

partir do ano de 2044 deixe de formar a maioria demográfica absoluta, passando nesse ano a 49% da população. Os latinos, no entanto, que no ano de 1970 contavam com 5% da população total e atualmente contam com 17%, são previstos de alcançarem a marca de 30% no ano de 2060 (Idem, Ibidem).

Como previamente mencionado, Canales acredita que o aumento da porcentagem da população latina frente à branca nos EUA contribui para a intensificação e aparecimento de novas formas de manifestação do racismo e discriminação étnica que o primeiro grupo enfrenta. Nesse seu trabalho, ele trata especificamente como a racialização afeta a dinâmica econômica e laboral nos EUA e, conseqüentemente, a estrutura de classes e da desigualdade social. O autor defende a tese de que:

atualmente a dinâmica econômica e laboral desse país (Estados Unidos) está configurada por dois fatores e processos estruturais. Por um lado a polarização da estrutura de ocupações e por outro lado a racialização da estrutura de classes e desigualdade social. Apesar da discriminação laboral por condição étnica desde sempre ter sido parte da estrutura social dos Estados Unidos, o importante da época atual é a dimensão e magnitude que elas alcançam frente a mudança demográfica que atualmente perpassa a sociedade norte-americana, assim como as tendências que se estimam para as próximas décadas. (CANALES: 2017, p. 15)

Ou seja, o sempre presente preconceito e discriminação racial contra os latinos no EUA ganha novos contornos, com a mudança que esse grupo promove na demografia do país. Em vista disso, a proposta do autor foi a de analisar como essa nova perspectiva se manifesta dentro dos espaços ocupados pelos diferentes grupos dentro do mercado de trabalho.

Em primeiro lugar, é apontado como entre os anos 2000 e 2016 houve um crescimento na desigualdade social e ocupacional do país. Isso se deve, pois apesar de ter sido registrado um aumento nos postos de trabalho, esse aumento não ocorreu de maneira uniforme entre as categorias laborais, mas polarizado entre os extremos altos e baixos da hierarquia ocupacional. Cresceram os postos de direção e profissionais, assim como os da construção e atuação na reprodução social, respectivamente a camada mais alta e a mais baixa da hierarquia. Ao mesmo tempo, os postos de ocupação média foram reduzidos

Em segundo lugar, é apontado o caráter étnico dessa polarização e como esse cenário contribui para a racialização da desigualdade social. Sendo assim, o autor expõe que, por conta do crescimento de vagas de empregos e do caráter ocupacional variar entre dois extremos de

acordo com grupos étnicos e migratórios, “a diferença sócio-ocupacional tem caráter étnico-racial e nela se sustentariam os processos de segregação e discriminação social, política e econômica” (Idem, p. 21). À população latina são relegados os empregos que requerem menor qualificação e remuneração, enquanto os brancos continuam a ocupar os cargos mais altos e mais bem remunerados. O fato desse último grupo ainda configurar uma maioria populacional pode ser utilizado na tentativa de justificar a sua maior taxa de ocupação dos cargos mais altos. No entanto, a caráter étnico-racial e não proporcional dessa divisão laboral se torna evidente a partir do momento em que se observa como o avanço dos trabalhadores latinos sobre os cargos da camada mais alta da hierarquia ocupacional não acompanhou o crescimento populacional desse grupo.

Assim, segundo os dados apresentados, entre os anos de 2000 e 2016 a população branca ocupada reduziu-se de 74% para 65%, enquanto a de latinos aumentou de 10% para 16%. No entanto, mesmo com visível crescimento da população latina ocupada, essa inserção laboral ocorre de forma desigual, com os brancos ocupando a maior parte das vagas do topo da hierarquia enquanto os latinos ocupam a maior parte das vagas de reprodução social, base da hierarquia (CANALES: 2017, op. cit.).

Afinal, a força de trabalho altamente qualificada requer dos trabalhadores dos níveis mais baixos a realização das mais diversas tarefas necessárias para a reprodução social e cotidiana daqueles no topo (CANALES: 2012).

Ainda de acordo com as informações apresentadas pelo autor, no ano 2000 os trabalhadores brancos eram a maioria em todos os estratos ocupacionais, principalmente em setores de direção, onde eles ocupavam 82% das vagas e os latinos apenas 5%; e profissional, onde os brancos eram 80% e os latinos 5%. No ano de 2016, apesar de uma diminuição, as vagas de direção continuaram sendo ocupadas em 75% por brancos, enquanto latinos tiveram um crescimento de cinco pontos, passando para 10%. Nesse mesmo ano, as vagas profissionais contavam com 71% de trabalhadores brancos e 8% de latinos, um crescimento de apenas três pontos e menor do que o registrado para as vagas de direção. No entanto, quando analisadas as vagas das camadas mais baixas, a diminuição da porcentagem branca é tão expressiva quanto o crescimento da porcentagem latina. No espaço de reprodução social, a participação branca caiu de 62% para 50% entre 2000 e 2016, com os latinos, por sua vez, aumentando sua participação de 15% para 26%. Já na construção, no mesmo período, os trabalhadores brancos foram de 72%

para 57%, enquanto os de origem latina quase dobraram sua participação, partindo dos 18% nos anos 2000 para 34% no ano de 2016 (CANALES: 2017).

Dessa maneira, compreende-se que os latinos ocupam os espaços laborais de menor remuneração devido a um sistema que reproduz a diferenciação social baseado em raça e etnia e impossibilita sua mobilidade e social. A partir dos estudos deste autor, se vê que o crescimento demográfico dos latinos não foi acompanhado necessariamente de um processo de mobilidade social. Apesar de seu maior crescimento absoluto e relativo, os latinos continuaram ocupando a maior parte dos espaços da camada base da pirâmide, enquanto os brancos continuam a ocupar a camada superior. Mesmo sendo uma população com considerável crescimento em números, isso não significou um equilíbrio social entre os grupos, mas sim o reforço da estrutura discriminatória.

Finalmente, para aproximar a realidade mais atual das projeções demográficas, Canales apresentou dados referentes aos seis estados de maior população latina: Texas, Califórnia, Arizona, Novo México, Nevada e Flórida.¹¹ Neles, de acordo com os números, os brancos compõem 45% da população enquanto os latinos são responsáveis por 35%. Portanto, na soma desses estados, o primeiro grupo já não compõe uma maioria absoluta. A análise da composição das camadas sociais do ano de 2016 desses estados revelou que a camada mais alta é formada por 67% de brancos e 13% de latinos; e a camada mais baixa, dos considerados mais pobres, é formada por 27% de brancos e 50% de latinos.

A conclusão extraída é que o volume populacional do grupo não representa necessariamente ascensão social, pois a maioria rica é de brancos e a metade mais pobre é conformada por latinos. Quando analisadas as ocupações laborais de acordo com o grupo étnico, é observado que os cargos de direção são ocupados em 61% por brancos e 20% por latinos, enquanto os cargos de reprodução social são ocupados em 33% pelos brancos e em 47% pelos latinos. Nos trabalhos na construção, os brancos formam 34% e os latinos, por sua vez, 59%.

Dessa forma, pode-se entender também a inverdade por trás do discurso xenófobo de Donald Trump¹² e reproduzido por seus apoiadores anti-imigrantes, de que os latinos estariam

11 Ver Mapa político dos EUA com territórios dos estados no Anexo II a este TCC.

12 Em sua campanha para presidência no ano de 2015, Donald Trump afirmou que os “mexicanos” estavam roubando “nossos” empregos, referindo-se respectivamente aos imigrantes latinos e aos cidadãos americanos. Ver:

"roubando" os empregos dos cidadãos americanos. Além disso, apesar dessa acusação de "roubo" ser repetida à exaustão nessa ideologia, a própria população, em sua maioria, não concorda com tal discurso de ódio. De acordo com uma pesquisa conduzida pelo Pew Research Center em 2020 (KROGSTAD, LOPEZ e PASSEL: 2020) a maioria dos adultos entrevistados afirmaram que os imigrantes ocupam trabalhos que os cidadãos estadunidenses não querem. Dentre esses adultos, os latinos estariam entre aqueles mais prováveis de concordar que os imigrantes ilegais trabalham em vagas não desejadas pelo cidadão estadunidense. De acordo com os dados levantados, 64% dos estadunidenses entrevistados afirmam que imigrantes legais ocupam os postos que os cidadãos não querem. Quando perguntados sobre os imigrantes em situação ilegal, essa porcentagem sobe para 77%. Os cidadãos de origem latina são os que mais apoiam essa afirmação, com 88% defendendo que os imigrantes ilegais estão em empregos em que os cidadãos estadunidenses não trabalhariam. Até mesmo a população branca demonstra entender esse quadro, com 75% concordando com a última afirmação.

Apesar dessa compreensão por parte da maioria dos cidadãos adultos; e apesar das contribuições já elencadas dos imigrantes para a sociedade estadunidense, os trabalhadores estrangeiros ainda são retratados por diversas vezes como um estorvo e ameaça para o país que os recebe, o que exige explicação crítica. O que ocorre é que esses imigrantes atravessam um processo de tripla invisibilização (CANALES: 2012). São invisibilizadas as contribuições dessa população para as transformações econômicas e laborais; é invisibilizada a demanda e necessidade de força laboral jovem e barata que o local de destino, no caso os EUA, têm sobre a imigração; e, finalmente, é invisibilizada a permissividade do Estado com a violação dos direitos humanos e trabalhistas desses indivíduos.

Vejamos como essa questão se desdobra, à luz de alguns aspectos que influem no debate sobre a superexploração.

1.2. Mercado de trabalho e superexploração na América setentrional

Como exposto na primeira parte do capítulo, atualmente o contingente de trabalhadores latinos nos Estados Unidos passa por um processo de expressivo aumento. O estudo de dados e

<<https://slate.com/news-and-politics/2015/07/donald-trump-in-phoenix-mexicans-are-taking-our-jobs-and-killing-us.html>>. Acesso em novembro de 2020.

perspectivas indica que nas próximas décadas esse grupo irá se alçar como uma "grande minoria", deslocando a população branca não-latina do posto de maioria absoluta que ocupa atualmente (CANALES: 2017). Foi indicado também que, junto desse crescimento, são intensificadas as manifestações de discriminação étnico-racial sofridas pelos latinos, com efeitos na forma como se estrutura sua inserção no mercado laboral estadunidense, que segundo Canales (Idem) é composta por uma divisão laboral racializada prejudicial às minorias. Com isso, a partir do entendimento de que, dentre o grupo de trabalhadores latinos, aqueles nascidos no estrangeiro sofrem de maneira acentuada com a exploração, faz-se necessário o aprofundamento sobre as condições de trabalho dos imigrantes latinos¹³ nos Estados Unidos.

Dessa forma, em *La Migración Mexicana y el mercado laboral de Estados Unidos*, os autores Roman e Arregui (2017) fazem uma análise do movimento de imigração dos trabalhadores mexicanos para os EUA. Os autores abordam a importância desse grupo para a economia do país vizinho, a forma como foram afetados pela crise de 2008 e a relevância das remessas de dinheiro (remessas salariais) que enviam para seu local de origem. Dentro disso, defendem que, ao emigrar, esses trabalhadores estariam “trocando uma forma de sofrimento por outra” (ARREGUI e ROMAN: 2017, p. 112). Em seguida, aprofundam sua análise tratando dos dois processos de integração fronteiriça ocorridos na América do Norte: o entre México e Estados Unidos e entre Canadá e Estados Unidos, assim como a diferença no tratamento recebido pelos imigrantes mexicanos e canadenses enquanto trabalhadores em solo estadunidense.

De acordo com os mesmos autores, ainda no século XX a imigração era vista como uma possibilidade de mobilidade social, pois ao trocar seu local de origem por um país que entendessem como provedor de oportunidades melhores de trabalho e renda, os imigrantes conseguiam deixar a opressão ou miséria que compeliavam ao seu deslocamento. No entanto, para os autores, o que ocorre agora com o avanço do neoliberalismo é apenas a troca de local de sofrimento. Se no México esses trabalhadores sofriam com a violência, salários rebaixados e miséria, nos Estados Unidos ele passam a viver na linha da pobreza desse país, continuando sendo explorados como trabalhadores, dessa vez imigrantes, enquanto vivem em uma situação

13 Aqui eu tratarei os latinos especificamente como imigrantes por se tratar das condições de trabalho desse grupo. No entanto, gostaria de ressaltar que é do meu entendimento que a população latina nos Estados Unidos não é formada apenas por imigrantes e seus descendentes cidadãos americanos, levando em consideração os grupos que já ocupavam territórios anteriormente não-estadunidenses.

precária de vida. Na prática, portanto, a mobilidade social se torna quase nula e os trabalhadores imigrantes estariam imigrando de uma situação de sofrimento por outra.

Mesmo em um movimento transnacional para fugir de suas condições precárias de vida, intensificadas pelas políticas neoliberais, continuam carregando em suas costas o alvo da exploração capitalista da qual eram acometidos em seu país de origem. Ainda de acordo com os autores, o que ocorre é que

a maldição da pobreza os persegue para sua vida nova. Esta é a condição social da globalização de nossos dias, pois para os trabalhadores pobres e os camponeses é sua nova pena, e não é a mudança das pessoas pobres para os novos países que causa a pobreza nos novos lugares, ao contrário, o aumento da pobreza nos países de origem e nos de destino revela o surgimento de uma forma particular de exploração capitalista que reconfigurou o mercado de trabalho mundial. (...) Esta nova situação facilita a homologação do rebaixamento dos salários e das condições trabalhistas em nível global. (ARREGUI e ROMAN: 2017, p. 111).

Entende-se, então, que diferentemente do século XX, as novas condições que o capitalismo na presente conjuntura impõe ao mundo do trabalho em nível global faz com que não exista de fato como esses trabalhadores escaparem, a rigor, da superexploração através da imigração. A globalização da precarização (SOTELO VALENCIA: 2019) faz com que ela os persiga e torne sua chance de alcançar a mobilidade social diferente, mais impossibilitada, do que no século passado. Sendo assim, são expostas as condições presentes no México que fazem com que os trabalhadores sejam obrigados a escolher terem sua força de trabalho explorada no país vizinho em vez de em seu próprio.

O quadro aprofundado de violência¹⁴, salários baixos, desemprego e falta de acesso a serviços básicos são fatores que motivam a emigração. Além disso, essa situação enfrentada estruturalmente pelos trabalhadores mexicanos, os torna uma “atrativa massa de trabalhadores” (ARREGUI e ROMAN: 2017, p.113), uma vez que esgarçados pelas condições de vida e trabalho, são mais suscetíveis à exploração aprofundada, seja em seu local de origem ou destino. Não é à toa que Roman e Arregui afirmam que a imigração é um dos meios mais importantes ao capitalismo para obtenção de mão de obra vulnerável. No entanto, os imigrantes trazem consigo

14 Não há espaço para tratar aqui da guerra mantida pelo paramilitarismo e o narcotráfico contra o povo trabalhador e pobre, incluindo comunidades indígenas, em território mexicano. Mas há vários estudos sobre a militarização da política no México nos anos dos governos Felipe Calderón e Peña Nieto. Ver, por exemplo, os estudos disponíveis na página do Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO): <<http://www.clacso.edu.ar>>.

muitas vezes a imigração secundária de seus familiares (SUTCLIFFE: 2004). Assim, os países e cidades com alta recepção de imigrantes se tornam comunidades multiculturais, contrariando a intenção capitalista de limitar a entrada de população trabalhadora apenas como um "fator de produção" (aniquilando sua subjetividade), assim como o capital maneja conforme seus interesses a entrada de capital e bens.

Dentro desse contexto, a exploração dos trabalhadores mexicanos pelo empresariado estadunidense não ocorre apenas quando o trabalhador mexicano emigra para o país vizinho. Arregui e Roman (op. cit.) abordam também o quadro de exploração praticada pelas empresas nacionais e multinacionais que se instalam no lado mexicano da fronteira para se aproveitar, entre outros fatores, dessa fragilidade dos trabalhadores locais. Para eles, os acordos feitos por México, Canadá e Estados Unidos no âmbito do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA, em espanhol TLCAN), serviram para precarizar os direitos dos trabalhadores e impulsionaram a migração para os Estados Unidos. De acordo com eles:

Mediante tratados desenhados para não serem alterados, o TLCAN buscou consolidar, aprofundar e incrementar os lucros dos setores mais poderosos da classe capitalista de cada país. A integração da América do Norte foi uma continuação da guerra de classes de setores chave do capital contra as suas próprias sociedades e classes trabalhadoras (ARREGUI e ROMAN: 2017, p. 115).

Esses fenômenos descritos podem ser mais bem compreendidos quando passamos a entender que, devido a sua condição de país de economia dependente, a penúria enfrentada pelos trabalhadores mexicanos em sua nação é diferenciada daquela enfrentada pelos demais trabalhadores que se encontram em países de economia central, como os EUA.

Citando formas da superexploração estudadas por Marini, Luce aponta que na superexploração se verificam os processos

do pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor; do processo de prolongamento da jornada de trabalho além dos limites normais; e do aumento da intensidade além dos limites normais (LUCE: 2018, p. 178).

Com o entendimento de que a superexploração é estrutural aos países dependentes, sendo exigida e permitida pelas características intrínsecas a essas formações sociais, podemos também

utilizar dos elementos apresentados aqui para relacionar e explicar exemplos dados por Roman e Arregui.

Dessa forma, tem-se no México uma ampla reserva de mão de obra que deixaria confortável para o capital contratar e dispensar trabalhadores por quanto tempo e remuneração desejarem. Tal atributo seria um dos que permitiriam a superexploração no país. Do mesmo modo, as empresas mexicanas alegam que o rebaixamento dos salários ocorreria para que tivessem capacidade de competição no mercado mundial, dominado pelos países centrais.¹⁵

Para os autores, a mão de obra mexicana se tornou um fator chave para o capitalismo estadunidense em ambos os lados da fronteira (ROMAN e ARREGUI: op. cit.), corroborando o argumento de que os mecanismos de superexploração são também empregados pelas multinacionais que se instalam nos países dependentes na busca de elevação de sua taxa de lucro (LUCE: 2018).

Já quanto às migrações laborais contemporâneas, Roman e Arregui a definem como parte do que chamaram de “globalização informal da força de trabalho” (op. cit., p. 114). A imigração contribui para a formação de uma crescente reserva laboral que serve ao capital na diminuição de salários dos trabalhadores, assim como a retirada de seus direitos (elevando, assim, a taxa de mais-valia e a taxa de lucro). No entanto, embora seja evidente, a causa dessa deteriorização não deve ser colocada nos imigrantes, mas sim na qualidade de exército industrial de reserva que o capital impõe a eles. Os trabalhadores mexicanos são, portanto, fundamentais para a composição desse exército nos EUA, principalmente aqueles não documentados. Esse último grupo se sujeitaria a condições ainda mais penosas do que seus compatriotas documentados e com quase nulas possibilidades de realizar demandas legais, já que:

Os imigrantes indocumentados – em comparação com os membros do exército de reserva laboral [formalizado] – são especialmente atrativos para o capital, dado que contam com poucos recursos para empreender uma demanda legal por exploração e, com a ajuda das agências governamentais, podem ser facilmente intimidados. (ROMAN e ARREGUI: 2017, p.114).

15 Do mesmo modo, a utilização da superexploração como mecanismo de compensação para mitigar menor capacidade competitiva dentro da concorrência capitalista, se bem pode ser um estratagema levado a cabo por capitalistas de ambas esferas do capitalismo mundial, é no contexto das economias dependentes que ela assume mais diretamente o caráter de lei tendencial, com seu uso como método para buscar contra-arrestar outras tendências específicas a sua realidade concreta. (LUCE:2018, p. 178).

Sendo assim, a crise capitalista na conjuntura dos anos finais do século XX e começo do XXI, marcada pelo avanço das medidas neoliberais, intensifica o movimento migratório dos trabalhadores mexicanos para os EUA e atua como causa e consequência da superexploração dos trabalhadores mexicanos.

Por mais que passem a acessar um salário maior e em moeda comercialmente mais forte que a de seu local de origem, sua expropriação enquanto trabalhador não é interrompida quando fazem essa mudança de país. Comparado com o quadro de exploração e miséria enfrentado em seu país natal, é inegável que há uma melhora nas condições de vida e trabalho desses imigrantes quando eles conseguem trocar de país. Do contrário o fluxo migratório entre os dois países não seria o que vem sendo nas últimas décadas. No entanto, apesar de existir essa melhoria de condição de vida quando comparada com a levada no local de origem; quando se compara com as condições dos demais trabalhadores do local de destino, principalmente os nativos brancos, elas se apresentam ainda de maneira precária. Na nação vizinha, junto à população afro-estadunidense, os latinos compõem a maioria da população pobre. Nesse novo local também passam a ocupar os espaços laborais mais precarizados e a acessar os salários mais baixos quando comparados com os trabalhadores nativos (CANALES: 2012; GABORIT: 2020).

Um dos momentos que pode ser considerado em que a superexploração se evidencia nos países centrais são nos períodos de crise. Dessa forma, pode-se observar as informações fornecidas por Roman e Arregui (op. cit.) acerca das condições dos trabalhadores mexicanos, e latino-americanos em geral, na crise de 2008. Os autores apontam que o desemprego entre latinos cresceu em mais de um milhão em 2007 e em quase dois milhões no ano seguinte. Com a crise de 2008, o empobrecimento teria atingido mais os latinos do que a população em geral, com a pobreza atingindo quase metade desses trabalhadores.

Além disso, durante a crise, os trabalhos mais precarizados recaem sobre a população imigrante. As condições de alta precariedade entre tais trabalhadores passou de 12% em 2006 para 21% em 2010 e a pobreza passou de 20% em 2007 para 25% em 2010. Os demais grupos sociais não teriam alcançado tal patamar de precarização (CANALES, 2012). Assim, compreende-se que os trabalhadores pobres imigrantes tiveram seu sofrimento intensificado com a crise nos EUA. E aqueles que antes conseguiam atingir um padrão de vida melhor foram arrastados para a pobreza.

Nesse momento da análise, cabe chamar atenção para a questão das remessas salariais. Uma das motivações para as migrações laborais México-EUA é o fato de trabalhadores receberem em moeda forte (dólares), mesmo que a baixos salários. Uma parte do salário recebido pelos migrantes nos EUA é enviado para familiares nos países de origem (remessas salariais). E, convertido em moeda local, complementa o orçamento familiar, além de ser uma fonte de receita para várias economias da região. No Anexo I, pode-se conferir tabela, reproduzida de Mañan García e Delgado Wise. As remessas salariais ultrapassam as receitas agropecuárias e do turismo somadas. E oscilaram entre 40 e 60% das receitas de exportação de petróleo do México entre 1991 e 2003.

Assim, por conta da dependência das remessas e da empregabilidade da população mexicana nos Estados Unidos, afinal, houve tempo em que “um em cada três mexicanos com emprego se encontra[va] nos Estados Unidos” (VELASCO e ROMAN: 1998, p. 49 apud ARREGUI e ROMAN: 2017, p. 126). Compreende-se por isso que a emigração para o país vizinho funcione como uma “válvula de escape para o desemprego” mexicano (Idem, p. 138) e como alívio para a pressão do descontentamento dos trabalhadores.

De acordo com Canales (2012, p. 299), as consequências da crise econômica para os imigrantes rebateriam também em seus países de origem, sendo difundida “uma ideia catastrófica”. A interrupção no envio das remessas representaria também um mecanismo de contágio da própria crise, com a população receptora tendo uma queda nas condições de vida e a economia local sofrendo com a redução do ingresso das quantias. No entanto, a realidade se mostrou diferente. De acordo com o autor, mesmo com uma diminuição geral, como na crise de 2008, as remessas continuaram como uma fonte estável de receita para os países natais dos imigrantes. De fato, até o ano de 2010 houve uma diminuição no fluxo imigratório, mas o retorno massivo dos imigrantes não ocorreu.

Entretanto, deve ser ressaltado que, apesar de sua condição dependente, o México não é o único beneficiário da migração de seus trabalhadores para os EUA. Estes, sobretudo, beneficiam-se de diferentes formas da presença de força de trabalho mexicana. Como previamente mencionado, os trabalhadores mexicanos são (super)explorados pelos EUA, estando em solo estadunidense ou não, através da indústria maquiladora que se instala no lado mexicano da fronteira. Dessa forma, ao se beneficiarem economicamente pela superexploração da força de trabalho mexicana por suas empresas, eles tiram proveito de uma força laboral que teve sua

reprodução social, até então, custeada pela sociedade mexicana. Além disso, os EUA se beneficiariam das contribuições tributárias dos trabalhadores enquanto residentes, legais ou não, em solo estadunidense. Ao contrário do que pregam os discursos anti-imigração, de que os imigrantes seriam parasitas sociais e imigrariam para tirar proveito dos benefícios do governo sem oferecer nada em troca para a sociedade local, estes trabalhadores pagam impostos e muitas vezes contribuem para a seguridade social estadunidense sem a certeza de que poderão aproveitar algum benefício (ROMAN e ARREGUI: 2017).

Sendo assim, mesmo com o mercado de trabalho estadunidense degradado, o fluxo de imigrantes provenientes do México continuou intenso. Junto com a qualidade imposta a eles de exército industrial de reserva, nos EUA esses trabalhadores se tornam também uma espécie de “bode expiatório” (Idem, p.114) para os avanços do capital na precarização das condições de vida daquela população.

A força de trabalho imigrante e sua alta capacidade de exploração é desejada pelo capitalismo estadunidense, mas não o imigrante como pessoa. Apesar de se tratar de dois países de economias distintas, um país imperialista e um país de economia dependente, ambas as formações sociais vivenciam os avanços do capitalismo neoliberal sobre seus trabalhadores, mesmo que em manifestações e intensidades distintas. Pertencer a um país de economia central não exime a força laboral estadunidenses da precarização de suas condições de vida e trabalho. Por mais que, de modo geral, os trabalhadores dos países centrais tenham uma condição de vida melhor e de exploração com manifestações menos intensas quando comparados com aqueles de países dependentes, eles continuam sendo expropriados, estando também dentro do processo de aprofundamento da precarização (SOTELO VALENCIA: 2019).

Ainda assim, a culpabilização pelas mazelas que a população local enfrenta pelo desdobramento das políticas neoliberais é transferida do capital, que condicionou os imigrantes como força de trabalho reserva, para os próprios trabalhadores imigrantes. São ocultadas e ignoradas, além do caráter humano desses imigrantes, suas contribuições para a sociedade e economia local. Dessa forma, deve ser entendido que os imigrantes, principalmente os em situação ilegal, servem aos interesses do empresariado estadunidense na medida em que, por terem acesso praticamente nulo a mecanismos de coletivização e reivindicação de direitos trabalhistas, podem ter sua exploração, já intensa, aprofundada sem grandes repercussões. Apesar das repetidas manifestações dos políticos conservadores, principalmente Republicanos, de serem

contra a presença dos imigrantes em status ilegal, a expulsão total dos mesmos não é apenas administrativamente inviável, como não corresponde a seus reais interesses. Assim como Donald Trump¹⁶, diversos políticos aliados e empresários apoiadores aproveitam-se da força de trabalho daqueles presentes no país ilegalmente e se beneficiam do caráter “aparentemente dócil e explorável” (ZEPEDA-MILLÁN, 2014, p. 4) desses imigrantes.

Outro ponto que faz com que a presença dos imigrantes ilegais funcione a favor dos ganhos do empresariado estadunidense é a já mencionada qualidade colocada a eles de “bode expiatório” para as mazelas causadas pelo capital no local de destino. A culpa pelos altos níveis de pobreza e desemprego que assolam a sociedade local nos momentos de crise são transferidos para aquele que é estrangeiro (ARREGUI e ROMAN: 2017), especialmente os que não possuem documentação. Os trabalhadores locais direcionam as frustrações com a situação degradante em que se encontram para um inimigo único e comum: o trabalhador imigrante. Esse inimigo não apenas estaria roubando seus empregos, é ele quem faria com que os salários dos trabalhadores locais sejam rebaixados. Afinal, o imigrante aceita menores remunerações. Conseqüentemente, o empobrecimento da população nativa também é sua culpa. O inimigo forasteiro também é o responsável pelo aumento dos crimes, já que muitos são, de acordo com o ex-presidente Donald Trump, “bad hombres”¹⁷ e vindos de “países de mierda” [sic!]¹⁸. O aumento dos impostos e a precarização dos serviços públicos também recaem sobre o imigrante, uma vez que eles supostamente não pagariam impostos enquanto aproveitariam incontáveis benefícios governamentais. Nesse contexto de tornar trabalhadores antagonistas na história uns dos outros, não sobra atenção para reivindicar todas essas carências daqueles verdadeiramente responsáveis por elas.

Daí se percebe a vigência das colocações críticas de Roman e Arregui, de que, ao buscar pela mobilidade social uma vez encontrada no século XX, agora em um contexto de avanço neoliberal, os imigrantes estão trocando um penar por outro. No lugar da mobilidade social, o que

16 De acordo com reportagem da revista “Time” em 25 de Agosto de 2016, em 1980 Donald Trump utilizou de maneira consciente mão de obra de trabalhadores poloneses em situação ilegal durante a construção da “Trump Tower”. Ver <<https://time.com/4465744/donald-trump-undocumented-workers/>>. Acesso em novembro de 2020.

17 Fala do ex-presidente Donald Trump para se referir a imigrantes latinos supostamente traficantes de drogas. Ver <<https://time.com/4537847/donald-trump-bad-hombres/>>. Acesso em novembro de 2020.

18 Termo supostamente utilizado pelo ex-presidente Donald Trump para se referir a El Salvador, Haiti e alguns países da África. Ver: <<https://time.com/5100058/donald-trump-shithole-countries/?xid=homepage>>.

se deparam agora são manifestações conjunturais da superexploração que já enfrentavam sistematicamente em seu país de origem. Soma-se a esse quadro as particularidades que enfrentam por serem trabalhadores estrangeiros, a qualidade que lhes é colocada de exército industrial de reserva e os preconceitos que enfrentam por ações xenófobas.

Antes de encerrar esse capítulo, apresenta-se a seguir um exame e comparação do processo de integração fronteiriça entre Estados Unidos e México e entre Estados Unidos e Canadá. De acordo com as informações expostas por Roman e Arregui, compreende-se que os dois processos se deram de maneira bastante distinta e rebatem na compreensão crítica do mercado laboral e da superexploração na América Setentrional.

No que concerne a relação laboral entre Estados Unidos e Canadá, os autores apontam que a inserção dos trabalhadores canadenses no mercado estadunidense teria ocorrido de maneira substancial a partir do século XIX. A integração laboral entre os dois países teria se dado de tal maneira que ambos chegaram a possuir sindicatos transnacionais que, apesar de percalços, fluíram de uma maneira melhor do que a exclusão enfrentada pelos trabalhadores mexicanos. Outra diferença entre os dois processos de integração é a referente ao local geográfico que os trabalhadores mexicanos e canadenses ocupam dentro dos EUA. Enquanto os imigrantes canadenses ocupavam os espaços ao norte, onde os salários eram maiores e a repressão menor, os trabalhadores mexicanos “ocuparam” a região sul, local com histórico escravocrata e de ocupação mexicana, por origem ou imigração.

Dentre os trabalhadores canadenses, Roman e Arregui fazem a diferenciação entre a inserção dos anglo-canadenses, que teriam alta qualificação e ocupações mais altas, e dos franco-canadenses, de menores qualificações e ocupações mais baixas na hierarquia laboral. Mesmo que o primeiro grupo tenha se inserido de maneira mais descomplicada que o segundo, devido a diferenças linguísticas e culturais, esse último ainda teria encontrado uma recepção melhor do que a de outros imigrantes brancos, como os irlandeses e italianos, e bastante superior aquela dispensada aos imigrantes não-brancos, como os mexicanos. Os trabalhadores mexicanos eram vistos e tratados como membros rebaixados do exército industrial de reserva do capitalismo estadunidense, com poucos ou nulos direitos trabalhistas e capacidade de organização obstaculizada.

Para melhor entendimento e comparação entre a distinta relação dos Estados Unidos com seus dois países vizinhos, os autores introduzem os primórdios da relação laboral entre

mexicanos e estadunidenses. Com a tomada de mais da metade do território mexicano pelos Estados Unidos, o tom da relação entre essas duas nações teria sido definido pela configuração “colonial e racial, juntamente a subjugação étnica” (Idem, p.146). Segundo os autores:

(...) México era uma sociedade racialmente estratificada onde a posição de classe estava entrelaçada com as reivindicações de status étnico. Aqueles que se convertiam em mexicano-estadunidenses foram segmentados com base na classe e na raça. A elite dona de terras espanhola e europeia buscou a aceitação dos anglo-americanos e por algum período a conseguiu, como membros da comunidade branca. As pessoas de origem mestiça, que incluía os indígenas que haviam deixado suas comunidades de origem juntando-se a cultura mestiça dos acampamentos mineiros, ranchos e pueblos, foram com frequência vistos com extremo racismo pelos anglo-americanos e pelas elites mexicanas (ROMAN e ARREGUI: 2017, p. 147).

Em uma “estrutura de colonialismo interno, violência estatal e racismo institucionalizado” (Idem, p. 149), a população mexicana dominada pelos EUA foi segregada e na prática tiveram seus direitos a cidadania cerceados, sendo violentamente reprimidos pelo Estado e com seu direito a voto negado (BARTON: 2004, p. 157 apud ARREGUI e ROMAN: 2017). O que ocorreu foi que

a situação se transformou quando o capitalismo começou a adentrar a agricultura e o movimento de cercamento de grande escala expropriou os grandes donos de terra mexicanos, assim como os pequenos e médios rancheiros e agricultores. (...) Recorreram à força do Estado e às milícias irregulares para impor essas regras coloniais à população mexicana e garantir sua disponibilidade como força de trabalho barata. (ROMAN e ARREGUI, op. cit., p. 149).

Assim, compreende-se que os trabalhadores mexicanos são subjugados aos desmandos estadunidenses desde o princípio de sua relação, precedendo a configuração industrial e econômica atual. Com o capitalismo adentrando a agricultura, os recém sem-terra mexicanos passam a ser os trabalhadores sem-terra, racialmente oprimidos como indivíduos inferiores e disponibilizados como mão de obra barata com aqueles que para a região imigravam sendo incorporados a essa estrutura.

No entanto, como visto anteriormente, não era apenas via imigração que os trabalhadores mexicanos eram explorados pelo capitalismo dos Estados Unidos. Arregui e Roman apresentam como o Programa de Industrialização Fronteiriça (PIF), do final da década de 1970 e predecessor do TLCAN, permitiu que a mão de obra mexicana fosse explorada de maneira transnacional pelas empresas estadunidenses. Dessa forma, esse programa teria sido implementado para, ao mesmo

tempo, contornar o desemprego mexicano e as necessidades da indústria estadunidense de diminuir seus custos para competir com os produtos japoneses e europeus.

Como já mencionado, a superexploração estrutural aos países de economia dependente tem suas manifestações justificadas pelo capitalismo dessas nações para compensar sua capacidade de competitividade no mercado mundial. No entanto, a superexploração não é exclusiva dessas nações. Apesar da superexploração e seus mecanismos serem estruturais e sistêmicas aos países dependentes e utilizadas pela burguesia dessas nações, dentro de um avanço global do neoliberalismo, na tentativa constante de contornar a queda da taxa de lucro, a burguesia internacional também lança mão desses mecanismos (LUCE, 2018). Seja pela superexploração conjuntural em seus próprios países ou, como pode ser observado no caso das indústrias maquiladoras, com a instalação de suas empresas em países dependentes.

Dessa forma, os autores consideram que essa realocação das empresas que mais tarde se tornam as indústrias maquiladoras foi fundamental para a integração dos trabalhadores mexicanos no mercado de trabalho estadunidense. Posteriormente, para institucionalizar tais relações neoliberais veio o TLCAN. Por temerem a perda de empregos, esse tratado enfrentou a oposição de sindicatos transnacionais entre Estados Unidos e Canadá, que já não contavam com uma relação tão boa com os trabalhadores mexicanos. Ainda segundo Roman e Arregui, são inúmeras as causas que contribuem para essa distinção nas relações bilaterais, como características econômicas, políticas, sociais, qualificação dos trabalhadores e categorização racial. Como visto anteriormente, a divisão laboral estadunidense segue um caráter étnico racial de acordo com a estrutura social do país, conforme abordado também por CANALES (2017).

Dessa forma, apesar de serem igualmente imigrantes, os trabalhadores canadenses e mexicanos são inseridos de maneira diferente, pois apesar de sua origem estrangeira, os canadenses são percebidos racialmente como brancos e assim mais bem aceitos e relacionados. Analisando o exposto, compreende-se a construção histórica do momento atual das relações laborais entre os mexicanos e estadunidenses. Historicamente, os trabalhadores de origem mexicana foram relegados a um local na sociedade dos Estados Unidos muito diferenciada daquele ocupado pelos trabalhadores imigrantes brancos, como os vizinhos canadenses, mesmo que ambos estivessem em condição de trabalhadores estrangeiros.

Essa situação se agrava a partir do entendimento de que uma parcela dos trabalhadores mexicanos não era imigrante de fato, mas compunham a população que teve o direito a suas

terras tomadas pela ação colonizadora primeiro espanhola e depois estadunidense. Dessa forma, entende-se que não é apenas a condição de imigrante que leva à situação singular de exploração dos trabalhadores mexicanos pelo país vizinho. Inseridos na expansão global do capitalismo e somado ao caráter étnico-racial de seus indivíduos com a categoria de país dependente de sua nação de origem, os mexicanos são superexplorados no México e também em solo agora estadunidense; enquanto de fato nativos do local e como imigrantes; e continuam sendo explorados quando as empresas do país ao Norte cruzam a fronteira e se instalam em seu território.

2. TRABALHADORES LATINOS NOS ESTADOS UNIDOS E AS LUTAS CONTRA A XENOFOBIA E A SUPEREXPLORAÇÃO

Neste capítulo, a partir das noções expostas por Chris Zepeda-Millán e Sophia Wallace em *Racialization in times of contention: how social movements influence Latino racial identity* e por Michael A. Olivas no livro *Perchance to DREAM: A Legal and Political History of the DREAM Act and DACA*, será feita uma análise acerca do processo de ascensão à luta política da comunidade latina nos Estados Unidos. Da onda de protestos do ano de 2006 até o enfrentamento contra a xenofobia sofrida durante a campanha e governo do ex-presidente Donald Trump, a comunidade latina foi de um dos grupos menos politicamente engajados a um com grande capacidade de mobilização. Aqueles em situação ilegal saíram das sombras para exigir um caminho para seu reconhecimento como cidadãos e em busca dos direitos políticos a serem exercidos no país em que construíram a vida e reconhecem como seu. Dessa forma, em conjunto com aqueles que já possuem tais direitos, os latinos representam uma força política com potencial para alterar o cenário eleitoral do país.

2.1. A geração dos "dreamers" e as lutas dos migrantes por direitos: de 2006 aos dias atuais

Como os movimentos políticos e sociais influenciam na identidade racial dos latinos

Como visto previamente, a população latina tem sua presença nos Estados Unidos desde meados do século XIX, através das ocupações por parte dos estadunidenses de terras mexicanas. De acordo com o Censo estadunidense do ano de 2000, nesse ano os latinos já compunham 12,5% da população do país, com cerca de 35 milhões de indivíduos¹⁹. Apesar dessa forte presença e de terem sua relação com o país marcada por intensa opressão e preconceito desde seu princípio, anterior a uma onda de manifestações ocorrida no ano de 2006, os latinos nos Estados Unidos eram considerados um dos grupos menos prováveis de se organizarem e participarem de atos políticos. Esse traço foi modificado drasticamente após uma proposta de lei, conhecida como “Sensenbrenner Bill”, impulsionar na comunidade latina de todos Estados Unidos a urgência em resistir de forma incisiva aos avanços anti-imigracionistas.

19

De acordo com o U.S. Census Bureau de 2000.

A proposta da “Sensenbrenner Bill” era intensificar o controle nas fronteiras, agravava a penalização daqueles presentes ilegalmente no país e ampliava a punição para os cidadãos e residentes legais que lhes oferecessem auxílio. Junto à mudança na maneira do grupo se impor politicamente, os protestos também contribuíram para que os latinos reconhecessem a si mesmos como um grupo racializado (ZEPEDA-MILLÁN e WALLACE: 2013; ZEPEDA-MILLÁN: 2014). A onda de manifestações de 2006 foi, portanto, o primeiro marco de atividade política organizada por parte dos imigrantes ilegais. Este acontecimento abriu caminho para o movimento político dos Dreamers e, conseqüentemente, suas conquistas (OLIVAS: 2020).

Ao discutir o início das mobilizações em massa dos latinos nos Estados Unidos, Zepeda-Millán (2014, p. 4) apresenta o argumento de outros estudiosos de que “diversas vezes movimentos surgem não como respostas a abertura de oportunidades, mas como reação a ameaças externas” para sustentar sua investigação acerca das maneiras e motivações por trás dessa surpreendente mobilização imigrante. Para ele, o sentimento anti-imigrante ajudaria na criação e manutenção do senso de identidade coletiva entre os latinos. Por sua vez, o senso de identidade coletiva seria fundamental para que os indivíduos participassem dos atos e mobilizações, já que seria o fator que os conecta aos demais atores (Idem). Dessa forma, o avanço das medidas legislativas anti-imigração é apontado como fator que teria feito com que a participação política dos latinos aumentasse.

Parte da argumentação do autor é de que a identidade política que leva à participação política coletiva dos latinos e seus descendentes seria situacional e deveria ser ativada. Ou seja, quando atacados diretamente como indivíduos e indiretamente como coletivo, seu senso de grupo pode se transformar em identidade política coletiva. Com os latinos como um todo, e os mexicanos em particular, sendo colocados como alvos principais da propaganda contra os imigrantes ilegais, esses indivíduos têm sua identidade atacada. Essa intolerância despertaria a identificação como um grupo e a solidariedade uns com os outros. Até mesmo aqueles que já haviam alcançado a cidadania ou residência legal foram despertados pelo sentimento de identidade coletiva a partir da ameaça apresentada contra aquele em situação ilegal (ZEPEDA-MILLÁN, 2014, op. cit.)

Nesse mesmo sentido, em *Racialization in times of contention: how social movements influence Latino racial identity*, Zepeda-Millán e Wallace (2013) analisam a formação da identidade racial dos latinos nos Estados Unidos. Através de dados e pesquisas, os autores

buscaram compreender se a onda de protestos de 2006 causou impacto na autoidentificação da população latina como raça e, caso afirmativo, a profundidade desse impacto.

Primeiramente, os autores fazem uma explanação acerca da concepção histórica de raça nos Estados Unidos. No país, a percepção mais comum de raça seria a de que é algo definido e fixado biologicamente. No entanto, essa concepção estaria mudando e dando lugar ao entendimento de que raça seria um fenômeno dinâmico e impermanente. Tal mudança poderia ser vista se observarmos que onde antes imperava a “one drop rule”, ou “regra de uma gota”, que determinava um indivíduo legalmente negro caso tivesse qualquer ascendente negro. Recentemente, foram modificadas as perguntas sobre raça no Census, a fim de acompanhar as mudanças de percepção (ZEPEDA-MILLÁN e WALLACE: 2013).

Para os autores recém referidos, o trabalho de Omi e Winants (1994, apud ZEPEDA-MILLÁN e WALLACE, 2013, op. cit.) seriam as maiores contribuições para a transformação da percepção de raça em um conceito construído política e socialmente. Para Omi e Winants, a identificação da identidade racial seria determinada pela forma como os indivíduos são vistos e tratados pela sociedade em que se inserem. Ou seja, como os grupos respondem ao tratamento dispensado a eles pela sociedade da qual fazem parte, seja o tratamento recebido por parte do governo e suas ações legislativas persecutórias ou discriminação dos demais sujeitos. A onda de protestos de 2006, a favor dos direitos dos imigrantes latinos, ajudaria a sustentar essa afirmação pois, surgidas em protestos contra o avanço legislativo da perseguição aos imigrantes, teriam impactado na forma que os latinos se percebem como raça (ZEPEDA-MILLÁN e WALLACE, 2013). A forma como o grupo racial respondeu ao tratamento dispensado a eles pelo governo e restante da sociedade teria alterado a forma como os membros de tal grupo se identificam racialmente.

Através de um estudo realizado antes, durante e depois da onda de protestos de 2006, Zepeda-Millán e Wallace analisam a formação racial dos latinos e buscam sustentar a tese de que tal fenômeno contribuiu de forma significativa para a percepção racial que os latinos tinham sobre si. Em trabalhos anteriores, a dupla de autores já havia estudados como um contexto de ameaça a direitos tende a levar a um crescimento da participação política e senso de identificação de um grupo (ZEPEDA-MILLÁN: 2014; ZEPEDA-MILLÁN e WALLACE: 2018).

Assim, um contexto hostil para os latinos contribuiria para que eles reconhecessem uns nos outros as mesmas peculiaridades que os distinguiam dos demais membros da sociedade em

que estão inseridos e quanto mais indivíduos se identificam com um grupo específico, mais propensos estão a participar do ativismo político (ZEPEDA-MILLÁN e WALLACE, 2013). A mudança na auto-percepção dos latinos teria vindo após o movimento de resistência à legislação que intensificaria a perseguição aos imigrantes ilegais e seus aliados. Assim, nesse contexto estaria presente os três elementos que Omi e Winants consideram para a formação racial: legislação hostil, níveis altos de discriminação e ativismo político.

Os autores incluíram na pesquisa variáveis, como a experiência pessoal dos participantes com discriminação coletiva ou individual; o subgrupo latino ao qual o participante pertencia; se o participante era de primeira, segunda ou terceira geração de latinos nos EUA e o seu nível de escolaridade. As pesquisas então revelaram que os protestos de 2006 de fato impactaram positivamente e de forma duradoura sobre como os latinos se reconheciam como um grupo racializado. Além disso, puderam observar e comprovar também que sofrer com discriminação poderia levar ao sentimento de racialização; que aqueles há mais tempo nos EUA estariam mais propensos a se identificar racialmente e que os com nível maior de instrução formal também teriam maior tendência a identificar latinos como um grupo racial (ZEPEDA-MILLÁN e WALLACE: 2013).

Ademais, os autores também buscaram analisar se os efeitos dos protestos seriam duradouros, para isso fizeram também levantamentos acerca da percepção racial após o fim da onda de protestos. Com isso, colheram informações referentes ao período que chamaram de “Dias depois do ciclo de protestos” (Idem, p. 514). De acordo com eles, mesmo dias após o fim dos protestos, em maio de 2006, os participantes estavam mais propensos a reconhecer os latinos como um grupo racial distinto, comprovando que os impactos desses protestos eram de curto-prazo.

A partir dessa maior compreensão do processo de reconhecimento dos latinos como raça e de que esse reconhecimento contribui para sua mobilização política, podemos nos aprofundar sobre as movimentações políticas mais recentes desse grupo: a conquista do DACA (Deferred Action for Childhood Arrivals) e a luta pelo DREAM Act (Development, Relief, and Education for Alien Minors Act).

A luta dos migrantes por direito: de 2006 aos dias atuais.

Em *Perchance to DREAM*, o autor Michael A. Olivas apresenta como, no ano de 2001, foi introduzido pelo Senado estadunidense a proposta legislativa bipartidária “DREAM Act”, “Development Relief, and Educational for Alien Minors”. A proposta busca efetivar em lei que jovens imigrantes ilegais, levados ainda crianças aos Estados Unidos, ao cumprirem determinados critérios, tenham um caminho para conseguir residência legal e, futuramente, a cidadania estadunidense. Nas duas décadas que se passaram, após diferentes mandatos presidenciais, composições do Senado e alterações em seu conteúdo, a legislação ainda não obteve sucesso em ser promulgada. Ainda assim, no ano de 2012, a administração Obama estabeleceu a política do DACA (Deferred Act for Childhood Arrivals), decisão executiva, sem poder de lei, que

(...) permitia aos aplicantes que tivessem chegado no país antes dos 16 anos e que obedecessem a determinados critérios a receber o DACA, que incluiria o número de Seguridade Social, autorização para trabalho, permissão para sair e entrar no país e uma “presença legal”, a ser renovado a cada dois anos, comprovando o cumprimento dos requerimentos” (OLIVAS: 2020, p. 154).

Sendo assim, o livro oferece um desenho temporal dos marcos legais e políticos que constituíram o caminho desde a proposta do DREAM até a realidade atual do DACA. Sem abandonar a ambição de uma reforma imigratória de caráter abrangente, o esforço atual dos imigrantes ilegais e seus aliados é pelo acesso da juventude em situação ilegal ao ensino superior e autorização de trabalho, enquanto residindo de maneira legal e com um caminho estabelecido para a cidadania. A situação desses jovens criados em status ilegal nos Estados Unidos é a base do movimento que hoje conquistou o DACA e luta pelo DREAM. Conhecidos como Dreamers, que pode ser traduzido de forma literal para “sonhadores”, esses jovens foram levados aos EUA ainda crianças, imersos na cultura e costumes locais, com a maioria sequer tendo visitado o país de origem após a chegada em solo estadunidense.

A introdução do livro de Olivas foi escrita por Bill Richardson, ex governador do estado do Novo México, local de grande presença mexicana. De acordo com o ex-governador (RICHARDSON: 2020 in OLIVAS, op. cit., p. 9), em sua administração, além de passar leis que expandiam o acesso de imigrantes ilegais ao sistema de saúde e à carteira de motorista, em 2005 ele foi responsável por “uma das leis mais progressistas no que tange a residência e bolsa

estudantil no país”. Tal lei permitia aos imigrantes não-documentados estarem elegíveis para a “Loteria de Bolsas Estudantis”, que garantiam desconto no valor das universidades e faculdades do Estado. Essa medida inovadora abriu precedente para que outros estados também agissem a favor do acesso dessa geração de imigrantes à continuidade de sua educação.

Como Olivas apresenta, por conta do caso “Plyer vs Doe”, onde a Suprema Corte impediu que os estados cobrassem pela matrícula de crianças e adolescentes ilegais nas escolas públicas, esses jovens não-documentados conseguiram acessar o ensino primário e secundário de maneira gratuita como os demais cidadãos estadunidenses (Idem, p. 44). Dessa forma, as limitações para esses jovens por conta de seu status se intensifica no início da vida adulta, quando enfrentam restrições para acessar o ensino superior e o mercado de trabalho. Diferente das escolas, as universidades e faculdades estadunidenses são, em grande maioria, particulares e cobram altas taxas de ingresso e semestralidade. O cidadão estadunidense tem seu acesso facilitado por bolsas e descontos, além de ter a possibilidade de trabalhar enquanto estuda. Esse benefício também pode ser concedido a estudantes internacionais de acordo com o visto que os permita estarem no país. Tais benefícios, no entanto, não se aplicam aos jovens ilegais. Terem crescido residindo no país e se formado em uma escola estadunidense não os garantia acesso a tais facilidades, pois não possuíam status de cidadão, de residente e nem de estudante internacional.

Entre os anos de 2001 e 2006 foram sendo registrados tanto avanços quanto derrotas legislativas e jurídicas no que tange ao acesso desses jovens ao ensino superior (OLIVAS, op. cit., p. 51-54). Alguns estados seguiram as ações do Novo México e passaram a permitir que, mesmo em status ilegal, recém graduados de escolas estaduais acessassem bolsas e outros possíveis auxílios financeiros por residência local. É nesse contexto que em 2006 foram registradas as primeiras manifestações políticas organizadas por imigrantes e apoiadores:

Durante esse período, na primavera de 2006, grandes multidões de imigrantes e apoiadores organizaram manifestações bastante divulgadas, chamadas de “marchas”. A estimativa era de que mais de meio milhão de pessoas tenham marchado em Los Angeles, até mesmo sob o risco de apreensão pela polícia e autoridades imigratórias. Esses foram as primeiras grandes manifestações públicas de apoio aos imigrantes do país e eles estimularam tanto apoiadores como opositores (OLIVAS, op. cit., p.53).

Vivendo em um limbo legal e com o medo constante da deportação para um país de origem já estranho a eles, os Dreamers expuseram seu status ilegal a fim de lutar pelo direito de

ser reconhecidos como cidadãos, dando continuidade a construção de suas vidas no país que reconheciam como seu. Para o autor, o DACA é fruto da luta desses “corajosos” jovens que se revelaram como ilegais, enfrentando o risco de deportação, ao falarem publicamente sobre as dificuldades enfrentadas pelo grupo e organizarem campanhas no intuito de chamar atenção para sua causa por uma “existência mais segura” (OLIVAS, op. cit., p.10). Tal qual é colocado por Olivas:

Dreamers, por definição, não possuem o status legal que garantiria a eles o direito ao voto. Mesmo assim, eles eram muito ativos, bem organizados e intencionados em medir o controle de sua própria narrativa (...) (Idem, p.173).

No entanto, mesmo sob tal circunstância, os Dreamers se tornaram uma forte voz política, tendo, segundo o autor, “seu status transformado em uma tradicional identidade e movimento por direitos civis” (OLIVAS, op. cit., p. 101).

Alcançar essa voz política sem possuir o direito ao voto e sob o perigo de deportação foi um desafio para o grupo, obrigado a traçar estratégias de manifestação que os permitissem sair das sombras e serem ouvidos arriscando a expulsão do país. Para isso, os Dreamers se organizaram de maneira engenhosa, utilizando-se do apoio de cidadãos e residentes legais aliados, não perdendo o protagonismo de sua luta. Uma das táticas utilizadas para protesto foram as manifestações “sit-ins”. Surgidas durante o Movimento pelos Direitos Civis, as manifestações “sit-ins” ocorrem quando os manifestantes se sentam em um local tático e recusam-se a sair. A característica principal é o seu caráter pacífico, mas intencionam estabelecer a presença do manifestante de maneira visível e desafiadora. Junto com as marchas, essa forma de manifestação pacífica foi amplamente utilizada pelos Dreamers nos anos que precederam o DACA, a fim de pressionar uma ação incisiva da administração Obama em favor do grupo de jovens imigrantes. A demanda desses jovens era que Obama usasse de sua autoridade como chefe do executivo para parar as deportações consideradas de baixa prioridade, principalmente daqueles que seriam beneficiados pelo DREAM Act. Além disso, o grupo intencionava constrangê-lo pelos altos números de deportações em seu governo, após ele se declarar a favor da causa imigrante.

2.2.O voto latino e a escalada xenófoba da "alt-right"

A intensificação do discurso anti-imigração no ano de 2006 culminou na ascensão da comunidade latina à participação no ativismo político e contribuiu para que desenvolvessem uma identidade de grupo. Mesmo que de composição heterogênea, sendo originados de diferentes países, na última década os latinos conseguiram se reunir e organizar politicamente, constituindo um eleitorado de peso promissor (WALLACE: 2012, p. 1362). Aqueles imigrantes que se naturalizaram estadunidenses e os filhos de imigrantes nascidos nos Estados Unidos, ao atingir 18 anos tornam-se aptos a votar nas eleições do país. Dessa forma, além dos naturalizados, o aumento do eleitorado latino se deve principalmente aos filhos de imigrantes nascidos no país, conhecidos como “segunda geração de latinos”, estarem atingindo a maioridade. Apesar do conhecimento político ainda ser menor entre a segunda geração quando comparado com os nativos brancos, as mobilizações de 2006 já demonstravam a capacidade desse grupo de contornar suas desvantagens no que se refere ao acesso a recursos e se tornar politicamente engajados (JONES-CORREA, STREET e ZEPEDA-MILLÁN: 2015, p. 543).

Em pesquisas conduzidas por Abby Budiman e Ruth Igielnik (2020) através do Pew Research Center, é possível observar como nos últimos 20 anos houve uma mudança significativa no perfil dos potenciais eleitores estadunidenses. De acordo com os dados coletados, entre os anos de 2000 e 2018 a quantidade de eleitores latinos dentro do total de eleitores do país aumentou de 7% para 13%, tendo quase dobrado, se tornando o segundo maior grupo. Os eleitores latinos ficam atrás apenas dos brancos, que caíram de 76% para 67% do total de eleitores.

Em estados de maior concentração histórica latina, a mudança também pode ser observada. Na Califórnia, a diferença entre o quantitativo de eleitores brancos e latinos, respectivamente primeiro e segundo lugar, foi de 60% contra 19% no ano 2000 para 45% contra 30% no ano de 2018. Já no estado do Novo México, onde o eleitorado latino já era alto, com 36% do total, contra 52% dos brancos em 2000, atingiu a marca de 43% no ano de 2018, se equiparando ao eleitorado branco, também com 43% do total de eleitores naquele ano. A análise aponta que houve um crescimento de cerca de 17% no número total de eleitores estadunidenses entre os anos de 2000 e 2018. Desse total de crescimento, 76% é de eleitores não-brancos. De acordo com a análise

o crescimento substancial dos eleitores que não são brancos dentre o total de eleitores é em grande parte causada pela população de filhos de imigrantes nascidos dos Estados Unidos estarem alcançando a idade para votar, assim como imigrantes que estão se naturalizando e tornando-se aptos para votação. O aumento foi estável nos últimos 18 anos - de 2000 a 2010, sua participação aumentou em 4 pontos (de 24% para 28%), enquanto de 2010 a 2018, a parcela aumentou mais ainda, por 5 pontos (indo de 28% para 33%). (“The Changing Racial and Ethnic Composition of the U.S. Electorate”, Pew Research Center).

De acordo com esse levantamento, o aumento do eleitorado latino se deve principalmente ao fato de que os filhos dos imigrantes estarem atingindo a idade para se tornarem eleitores.

Os 12,4 milhões de latinos que fizeram 18 anos entre os anos 2000 e 2018 foram responsáveis por 80% do crescimento dentro da população apta a ser eleitor nesses anos.” (The Changing Racial and Ethnic Composition of the U.S. Electorate, Pew Research Center).

No sistema eleitoral estadunidense, é vitorioso na corrida presidencial não necessariamente o candidato que recebe mais votos e sim aquele que vence nos estados com o maior número dos chamados delegados²⁰. Assim, os candidatos não se empenham em conquistar apenas a maior quantidade de votos dos eleitores no geral, mas vencer em cada estado se torna importante. Esse foco é destinado principalmente aos locais com o maior número de delegados, conhecidos como “estados-chave”. Apesar da maior parte dos estados terem uma inclinação partidária usual, em alguns deles ainda há espaço aberto para disputa entre os dois maiores partidos (BUDIMAN e IGIELNIK, 2020, op. cit.). Estes são conhecidos como “battleground states”²¹. O estado do Arizona, tido como um "battleground state" e responsável por 11 delegados nas eleições de 2020, teve uma mudança de 75% de eleitores brancos contra 15% latinos em 2000 para 63% de brancos e 24% de latinos em 2018. Nas eleições de 2020, tanto a Califórnia quanto o Texas contavam com 30% de seu eleitorado formado por latinos. Esses estados possuíam, respectivamente, 55 e 38 delegados nas eleições de 2020, sendo o primeiro e segundo local com o maior número. Por sua vez, a Flórida com 29 delegados tem 20% de latinos em seus eleitores. Para Budiman e Igielnik (op. cit.),

20 Mais sobre o sistema eleitoral estadunidense, ver <<https://www.usa.gov/election>>.

21 “Estado campo de batalha”, em tradução livre.

muitos "battleground states" têm visto pequenas - porém potencialmente significativas - mudanças na composição demográfica de seu eleitorado. (...) Mudanças demográficas podem continuar remodelando o panorama eleitoral nas eleições futuras.

Os dados levantados pelo Pew Research Center apontam também que nas últimas duas décadas a população não-branca, inclusos os latinos, se posicionou em maioria a favor do Partido Democrata, enquanto os brancos tendiam para o Partido Republicano.

Apesar de alguns de seus membros terem apoiado o DREAM Act, tradicionalmente o Partido Republicano se posiciona de maneira mais enfática a favor de medidas de caráter anti-imigratório, principalmente no que tange aos imigrantes ilegais. Por sua vez, o Partido Democrata tem um posicionamento mais liberal. Mesmo assim, desde John F. Kennedy, que foi um político democrata, nas eleições de 1960 (ABRAJANO: 2010, p.32 apud WALLACE: 2012, p. 1364.) os candidatos à presidência dos EUA de ambos os partidos têm aumentado seus esforços de campanha para conquistar o eleitorado latino, utilizando-se, entre outros métodos, de comerciais e promocionais de campanha em espanhol (WALLACE: 2012, p. 1365). Enquanto senador, Obama se posicionou a favor das demandas da população latina e quando candidato deu continuidade a esse posicionamento, confirmando seu apoio integral a legislação que oferecesse um caminho à permanência no país de jovens até então em situação ilegal²². Dessa forma, os eleitores latinos tiveram sua relevância na vitória de Obama nas eleições presidenciais de 2008 e possuíam grandes expectativas nos avanços que conquistariam no mandato do democrata (WALLACE: 2012, p. 1366)

No entanto, o aumento significativo de potenciais eleitores latinos não significa necessariamente um contingente maior de eleitores democratas em longo prazo. Primeiramente, deve-se considerar que nos EUA o voto não é uma ação obrigatória e um indivíduo que tem direito ao voto no país deve se registrar para poder votar caso queira. No entanto, mesmo aqueles que se registram não são obrigados a exercer seu direito comparecendo nas eleições. Dessa forma, ao discutir as perspectivas para as eleições do ano de 2012, Wallace (Idem, p. 1374), citando outro autor já apontava que

Apesar do aumento no número de latinos aptos a votar desde 2008, análises recentes dos dados do "Current Population Survey" de Antonio Gonzalez, presidente da Southwest Voter Registration Education Project, indicam que o número de latinos registrados para

22 <<https://www.nytimes.com/2008/07/17/us/politics/17hispanics.html?searchResultPosition=1>>.

votar na verdade caiu de 11,6 milhões para 10 milhões em 2010” (QUINTON, 2012 apud WALLACE, 2012).

Como parte do processo iniciado em 2006 de maior participação da população latina no ativismo político, organizações e associações latinas não-partidárias se uniram em campanhas para mobilizar os latinos aptos a votarem. Além da conscientização sobre a importância da participação política contínua e do comparecimento nas urnas, as organizações trabalhavam para diminuir as barreiras que dificultavam a atuação desse grupo de eleitores, como guiá-los no processo de registro (WALLACE: 2012, p. 1364).

De acordo com a mídia independente “Futuro USA”²³, nas eleições de 2016 houve uma queda na taxa de comparecimento nas urnas entre aqueles latinos registrados para votar, afirmando que:

de acordo com o Census "Voting in America: A look at the 2016 Presidential Election" mostrou que a taxa de votação entre os Latinos em 2016 foi de 47,6% e 48% em 2012. Em 2008 a taxa de votação entre os latinos foi de 49,9%.

No entanto, ainda segundo o artigo,

apesar da queda nessa taxa, a parcela de votantes latinos cresceu para 9,2% em 2016, comparada com 8,4% em 2012. Em outras palavras, das 137,5 milhões de pessoas que votaram nas eleições de 2016, cerca de 12,65 milhões de latinos foram às urnas em 2016. Em 2012, 11,2 milhões de latinos votaram. De acordo com o Pew Research, o número total de latinos que votaram em 2016 ainda foi um número recorde.

Ou seja, apesar de terem seu quantitativo de votos aumentado, a porcentagem da população latina com direito ao voto que de fato compareceu às urnas em 2016 foi menor do que a do ano anterior. Já a eleição presidencial de 2020 foi marcada pelo comparecimento recorde desses eleitores às urnas (VARELA: 2021). Os latinos já representam uma perspectiva de mudança para o cenário eleitoral e político do país, com força cada vez maior para as mudanças pelas quais lutam. No entanto, menos da metade dos imigrantes latinos possuem direito ao voto

23 <<https://www.latinousa.org/2017/05/15/new-census-data-says-2016/>>.

apesar de ainda serem projetados como a maior minoria eleitoral na eleição de 2020 (CILLUFFO e FRY: 2020). Decerto as conquistas não ocorrem apenas nas urnas, mas eleger administradores e legisladores alinhados com os anseios da comunidade ainda é o caminho mais efetivo. Portanto, para que mudanças a longo prazo sejam de fato conquistadas é preciso que aqueles com direito ao voto de fato votem.

Para fechar esse ponto, ainda que o crescimento do contingente de eleitores latinos represente uma probabilidade de aumento do eleitorado democrata, a conquista desses votos de maneira estável pelo partido não é garantida. As ações contraditórias de Obama em seu mandato afetaram a forma como ele e seu partido eram percebidos pelo eleitorado Latino (WALLACE, 2012; JONES-CORREA, STREET e ZEPEDA-MILLÁN: 2015). Apesar de ter acolhido a luta dos jovens em situação ilegal com a pressão pelo DREAM Act e deferimento do DACA, foi sob sua administração que recordes de deportação foram registrados, ultrapassando até mesmo o de seu antecessor republicano. Esse cenário afetou negativamente sua imagem frente aos cidadãos latinos, os que possuem direito ao voto, na medida em que apesar de não temerem a deportação para si, convivem com o medo de terem seus amigos e familiares expulsos do país, medo que para muitos se tornou realidade justamente durante o mandato do presidente democrata.

Essa sensação de apreensão e possível ressentimento não são infundados, pois

nos primeiros seis meses do ano de 2011, 46,500 pais de cidadãos nascidos nos Estados Unidos foram deportados (FOLEY, 2012) (...) esses fatores criam um nível alto de personalização do problema que é difícil ultrapassar, não importa o que o executivo do país tenha feito no passado e faça no futuro.” (WALLACE: 2012, p. 1368).

Ainda, de acordo com análises de Cohn, Gramlich e Passel (2018) para o PRC em 2018:

Cerca de 5 milhões de cidadãos nascidos nos Estados Unidos menores de 18 anos moravam com pelo menos um dos pais sendo imigrante ilegal no ano de 2016, um aumento dos cerca de 4,5 milhões do ano de 2007, segundo novas estimativas. (...) Somando-se a isso, 975 mil cidadãos nascidos nos Estados Unidos com mais de 18 anos estavam vivendo com pelo menos um dos pais sendo imigrante ilegal no ano de 2016. Mais de três vezes os cerca de 300 mil de 2007²⁴.

24 De acordo com o artigo, na análise não estavam inclusos aqueles cidadãos já adultos, filhos de imigrantes ilegais que não moravam mais com os pais. O artigo também salienta que o status migratório de um pai ou mãe pode variar, podendo a pessoa estar de maneira legal no momento do nascimento do filho e por alguma razão perder esse status ou estar ilegal no momento do nascimento e posteriormente conseguir sua permanência legal no país. Isso vale também para as possíveis alterações de status após o levantamento citado.

O imigrante em situação ilegal evidentemente não possui direito a voto. No entanto, entende-se que a intensificação das deportações não se torna um problema apenas para aqueles que estão sem status no país e sob risco de expulsão. Como analisado, cidadãos estadunidenses têm suas famílias e comunidades compostas por membros de diferentes status e a política de deportações se torna determinante em suas vidas. De acordo com o levantamento realizado por Street, Zepeda-Millán e Jones-Correa (op. cit., p. 544) acerca de como as deportações em massa estariam afetando o futuro do partidarismo latino,

Vinte e um por cento dos participantes alegaram ter um familiar próximo (5%) ou distante (16%) que foi deportado. Essa situação aumenta para 27% quando inclusos amigos. Em adição, 45% tem pelo menos um dos pais que viveram pelo menos por um período como imigrante ilegal nos Estados Unidos, cerca de um terço deles ainda estavam sem documentação na época do levantamento. Os participantes do levantamento apoiavam em peso a legalização de imigrantes ilegais. 83% apoiavam o DREAM Act., que garante aos jovens ilegais um caminho tanto para o status legal quanto para a cidadania estadunidense.

Com isso, esse grupo se posiciona fortemente contra as deportações em massa e têm seus votos influenciados de acordo com como seu candidato lida com esse tópico. Além disso, como mencionado anteriormente, os filhos de imigrantes nascidos estadunidenses que estão atingindo a idade para votar são fundamentais para o crescimento do eleitorado latino, habitualmente de inclinação democrata. No entanto, entre este grupo eleitores mais jovens a propensão é de que não se alinhem de maneira tão fiel a um partido político específico quanto os demais cidadãos nativos brancos.

Apesar de seu posicionamento tradicional e conservador, com ações e discurso anti-imigrantes, em especial aqueles que entram e permanecem no país de forma ilegal, o Partido Republicano também tenta avançar sobre o eleitorado Latino. Como Wallace (2012: p. 1362) apresenta:

Mesmo que o padrão de voto dos Latinos demonstre uma preferência significativa pelos Democratas, uma porcentagem grande o suficiente ainda vota pelos Republicanos, assim mantendo os candidatos republicanos com esperança de conquistar uma porção maior dos votos latinos. Ainda, nas eleições de 2004, Bush conseguiu assegurar uma porcentagem além da média de votos latinos (Leal et al., 2005.), assim dando ainda mais motivo para dos candidatos Republicanos.

Nas eleições de 2016, de acordo com López et al. (2016) para o Pew Research Center, 44% do eleitorado latino era composto por jovens entre 18 e 35 anos. Como mencionado anteriormente, boa parte desses jovens são segunda geração de latinos e a tendência é de que os filhos de imigrante não se identifiquem fortemente com qualquer partido político estadunidense. Dessa forma, considerando que o Partido Republicano, apesar da tentativa de avanços sob os eleitores latinos, tenha atitudes ainda piores do que as registradas pelos Democratas, não era esperado que a desaprovação desse grupo a Obama e sua política de deportações fosse automaticamente angariar votos para o partido Republicano. Pelo contrário, a expectativa era de que

os latinos encarando a escolha entre Democratas e Republicanos não favoreçam nenhum dos dois partidos. Quando as pessoas sentem que seu interesse não está sendo bem representado nos debates políticos entre dois partidos políticos dominantes nos Estados Unidos elas são menos suscetíveis a formar um vínculo tanto com o Democratas quanto com o Republicanos, e não-partidarismo é frequentemente o resultado (JONES-CORREA, STREET e ZEPEDA-MILLÁN: 2015).

Esse fenômeno pôde ser visto nas eleições de 2016. De acordo com López e Krogstad (2016), houve um aumento da parcela dos eleitores latinos e eles continuaram apoiando o partido democrata, com 66%²⁵ dos votos latinos sendo destinados a Hillary Clinton. No entanto, quando comparado com a eleição de Obama em 2012, que recebeu 71% dos votos desse grupo, observa-se que houve uma queda de 5% nesse apoio. Essa queda no apoio, no entanto, não foi necessariamente transferida com o aumento dos votos latinos para o candidato republicano. O apoio dos latinos a Trump ficou em 28% nas eleições de 2016, enquanto o candidato republicano antecessor, Mitt Romney alcançou 27%. Observa-se então que a perda de 5% de apoio latino aos democratas não foi transformada em apoio ao republicano, que teve um aumento de apenas 1% quando comparada com a eleição anterior.

Já na corrida eleitoral de 2020, os eleitores latinos comparecem em número recorde às urnas, apoiando o candidato democrata Joe Biden em sua vitória sobre Trump. De acordo com relatório da Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA) sobre a participação latina nas eleições de 2020 apresentado por Julio Ricardo Varela (2021) no *Latino Rebels*,

²⁵ O Pew Research Center salienta que o levantamento feito foi o do tipo “boca de urna” e tem uma margem de erro de 3% para mais ou para menos.

Estima-se que cerca de 16,6 milhões de latinos votaram nas eleições presidenciais de 2020. Isso representa um aumento de 30,9%, quase o dobro do aumento registrado para os votos dos eleitores em geral, que foi de 15,9% de votos registrados entre 2016 e 2020. Esse foi o maior aumento de votos Latinos entre os 4 anos já registrado.

Além disso,

Os votos Latinos apoiaram Biden contra Trump por uma margem de quase 3 por 1 em locais analisados no Arizona, California, Illinois, Novo Mexico, Nevada, Nova York, Pennsylvania e Wisconsin. Os Latinos escolheram Biden acima de Trump com uma margem de 2 para 1 ou maior nos locais analisados no Texas, Georgia, Washington e na Florida, fora do condado de Miami-Dade.

Ainda de acordo com o relatório, no estado do Arizona, o significativo apoio do eleitorado Latino a Biden ajudou o Democrata a vencer um Republicano no estado pela primeira vez desde 1996.

Dessa forma, pode-se entender que o voto dos cidadãos latinos tem um peso cada vez maior nas eleições estadunidenses. O aumento do eleitorado latino não vem apenas de maneira quantitativa, ele representa também uma mudança na forma como os eleitores definem em quem vão votar. Sem o peso do tradicional bipartidarismo, a parcela mais jovem e em ascensão desse grupo não possui fidelização partidária tão intensa quanto a dos eleitores mais velhos, que, como observado anteriormente, tem perdido espaço nos últimos 20 anos. Apesar de seu alinhamento usual ao Partido Democrata e dos números consideráveis que auxiliaram na vitória de Biden, mesmo a leve oscilação de apoio das eleições anteriores demonstra que o voto da comunidade latina não deve ser tido como algo garantido. A não fidelização dessa nova geração de eleitores evidencia que seu voto deve ser conquistado através da compreensão e atendimento das demandas de sua população.

CONCLUSÃO

Nesse trabalho, procurou-se escrever sobre a exploração dos trabalhadores mexicanos enquanto imigrantes, documentados ou não, nos Estados Unidos. Através da análise de produções textuais e audiovisuais salientou-se a importância que esses trabalhadores têm não somente para o país ao qual se destinam, mas também para o seu local de origem. Além disso, simultaneamente, procurou-se contestar a ideologia xenófoba utilizada como argumento anti-imigração, mediante análise crítica das "justificativas" para a xenofobia daqueles que são contra a presença de tais trabalhadores em solo estadunidense.

Dessa forma, julgou-se importante a exposição de que mesmo enquanto imigrantes no país vizinho, os trabalhadores mexicanos continuam sendo de suma importância para seu país. Principalmente por conta das remessas de dinheiro que enviam. Os mexicanos, maioria dentre os imigrantes nos Estados Unidos, apesar de ocuparem majoritariamente empregos de baixa remuneração, enviam grandes quantias de volta para o México. Essas remessas são destinadas, de forma geral, à parte da família que permanece no país. Sejam esses valores complementares ou a fonte principal do sustento das famílias, tais quantias não têm apenas um impacto pontual. Além do envio de remessas salariais proporcionar uma melhoria um paliativo no acesso dos habitantes locais a bens de subsistência, eles aliviam a pressão social sobre onde o Estado deveria agir, tornando-se além disso uma fonte de arrecadação para o país. No entanto, não é apenas para o México que esses trabalhadores são importantes. É possível observar como esses imigrantes, mesmo os que não possuem documentação, são de grande relevância também para a economia estadunidense. Apesar da forma como são tratados historicamente e das políticas de repressão à sua presença (ou, precisamente, por causa delas também). Ao residir no país vizinho, movimentam a economia local consumindo, pagando impostos e trabalhando. No entanto, apesar da trajetória mais recente de intenso enfrentamento à situação que lhes é imposta, ainda não têm garantia de um caminho legal aos direitos e benefícios daqueles documentados ou ali nascidos. Como trabalhadores, recebem baixa remuneração, aumentando a taxa de lucros das empresas locais enquanto têm sua força de trabalho superexplorada. Assim, dinamizam a economia e a demografia dos Estados Unidos.

Dessa maneira, pôde-se observar como os imigrantes de origem mexicana se tornaram peças fundamentais, com sua correspondente cota de contribuição, contraditoriamente, na

tentativa dos Estados Unidos em se manter como a primeira economia mundial e preservar o estimado “modo de vida americano”. Não são “bad hombres”, ou homens ruins, como dito pelo ex-presidente estadunidense Donald Trump, são trabalhadores que enfrentam a miséria, a violência e o desemprego. São sujeitos que veem como única alternativa se arriscar na busca pela "oportunidade" de terem sua força de trabalho continuamente explorada, dessa vez em outro contexto. Esses trabalhadores atravessam a fronteira adentrando locais que anteriormente pertenciam a sua própria nação e onde agora são tratados como forasteiros e invasores. Lá ocupam os espaços laborais de precarização mais aprofundada. Enquanto desumanizados pela xenofobia e despojados pela dupla condição de exploração, se tornaram indispensáveis para a sustentação dos dois países. Esse entendimento corrobora com a ideia apontada por Sutcliffe (op. cit.) de que a imigração não está desconectada do imperialismo, sendo tanto uma parte de sua história, como uma luta contra ele. Tal entendimento também ajuda a compreender a ideia desdobrada da formulação de Ruy Mauro Marini, acerca da extensão da superexploração para o capitalismo avançado nos Estados Unidos, em contingentes como a força de trabalho migrante. A ambiguidade do papel da imigração pôde ser observada na trajetória dos trabalhadores mexicanos que mesmo servindo às intenções imperialistas, representam uma alteração na balança da política do país onde se estabeleceram e nas relações dele com sua nação de origem, com a sua qualidade de expressão além-fronteira das relações de dependência estando aberta para futuras investigações.

Em suma, foi intencionada a exploração do tema exposto a partir do aprofundamento dos seguintes pontos: a importância das remessas salariais para o México, sendo fonte de renda e alívio para o Estado; a relevância dos trabalhadores mexicanos para os Estados Unidos ao movimentarem a economia, dinamizarem a demografia e sua influenciarem no cenário político; e as dificuldades enfrentadas por esses trabalhadores nos Estados Unidos ao terem sua dupla condição de exploração intensificada, sofrerem com a xenofobia e enfrentarem restrições no acesso a direitos.

REFERÊNCIAS

_____. **“Migración Y Trabajo En Estados Unidos. Polarización Ocupacional Y Racialización De La Desigualdad Social”**. In: La Postcrisis REMHU - Revista Interdisciplinaria da Mobilidade Humana, vol. 25, núm. 49, janeiro-abril, 2017, p. 13-34. Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios Brasília, Brasil.

_____. Do Latinos still support immigrant rights activism? Examining Latino attitudes a decade after the 2006 protest wave. **Journal of Ethnic and Migration Studies**. v. 46, n. 4. p. 770-790. Janeiro, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1369183X.2018.1556461>. Acesso em: 27 de Fevereiro de 2021.

_____. Mobilizing for immigrant and Latino rights under Trump. In: MEYER, David S. e TARROW, Sidney. **The Resistance: The Dawn of the Anti-Trump Opposition Movement**. Oxford University Press, 2018, p. 90-108.

_____. UCLA Study: A Record 16.6 Million US Latinos Voted in 2020 Election, Leading to Key State Victories for Biden-Harris. Latino Rebels. 19 de Janeiro de 2021. Disponível em: <https://www.latinorebels.com/2021/01/19/latinovoterrecord/>. Acesso em: 28 de Fevereiro de 2021.

“QUICK IMMIGRATION STATISTICS: UNITED STATES”, The Immigrant Learning Center, acessado. Disponível em: www.ilctr.org/quick-us-immigration-statistics/. Acesso em: 03 de outubro de 2020.

AMARAL, Marisa. Ainda a categoria superexploração da força de trabalho: mais reflexões sobre novas e velhas controvérsias. Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social. V. 1., n. 1. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/20120>>. Acesso em julho de 2021.

ARAU, Sergio, ARTENSEIN, Isaac. A Day Without a Mexican. Estados Unidos/México/Espanha: Plural Entertainment, 2004.

BUDIMAN, Abby e IGIELNIK, Ruth. The Changing Racial and Ethnic Composition of the U.S. Electorate. **Pew Research Center**, Washington, D.C, 23 de Setembro de 2020. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/2020/09/23/the-changing-racial-and-ethnic-composition-of-the-u-s-electorate/#fn-375848-1>. Acesso em: 28 de Fevereiro de 2021.

CANALES, Alejandro. **“La inmigración latinoamericana frente a la crisis económica en Estados Unidos. Precarización sin retorno”**. In: Dídimo Castillo Fernández e Marco Gandásegui hijo (orgs.). Estados Unidos más allá de la crisis. Cidade do México: Siglo XXI/CLACSO/UAEM, 2012, p. 284-315.

CILLUFFO, Anthony e FRY, Richard. An early look at the 2020 electorate. **Pew Research Center**. Washington, D.C., 14 de Maio de 2020. Disponível em:

<<https://www.pewresearch.org/social-trends/2019/01/30/an-early-look-at-the-2020-electorate-2/>
Acesso em: 28 de Fevereiro de 2020>.

COHN, D'Vera e GRAMLICH, John e PASSEL Jeffrey S. Number of U.S.-born babies with unauthorized immigrant parents has fallen since 2007. **Pew Research Center**, Washington, D.C. 1 de Novembro de 2018. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/fact-tank/2018/11/01/the-number-of-u-s-born-babies-with-unauthorized-immigrant-parents-has-fallen-since-2007/>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2021.

COHN, D'Vera. It's official: Minority babies are the majority among the nation's infants, but only just. **Pew Research Center**. Washington, D.C., 23 de Junho de 2016. Disponível em: <http://pewrsr.ch/28UIGZG>. Acesso em: 06/03/2021.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO. 106, 2017, Geneva. “**Addressing governance challenges in changing labour migration landscape**”. International Labour Office, Geneva, 2017.

DELGADO Wise, Raúl; MAÑÀN García, Oscar. “**Migración e integración México-Estados Unidos. Clivajes de una relación assimétrica**”. In: publicacion: Repensar la teoría del desarrollo en un contexto de globalización. Homenaje a Celso Furtado. Vidal, Gregorio; Guillén R., Arturo. (comp). Janeiro 2007.

GABORIT, Mauricio. “**La construcción social de la persona migrante como enemigo.**” In: Carlos Sandoval García (org.). Puentes, no muros. Contribuciones para una política progresista en migraciones. Cidade do México: CLACSO/Fundação Rosa Luxemburg, 2020, p. 20-43.

GUERRA, Ramiro. La expansión territorial de los Estados Unidos a expensas de España y los países hispanoamericanos. La Habana: Editorial Ciencias Sociales, 1973.

JONES-CORREA, Michael e STREET, Alex e ZEPEDA-MILLÁN, Chris. Deportations and the Future of Latino Partisanship. **Social Science Quarterly**, vol. 96, nº2, p.540-552. Junho, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/ssqu.12158>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2021.

LEUTERT, Stephenie. Deported or Supported: An Analysis of Deportations in the Obama Administration. **Journal of Public and International Affairs**. Princeton, Janeiro, 2015. Disponível em: <https://jpia.princeton.edu/sites/jpia/files/2015.pdf#page=89>. Acesso em: 27 de Fevereiro de 2021.

LÓPEZ y RIVAS, Gilberto. La Guerra del 47 y la resistencia popular a la ocupación. Cidade do México: Ocean Sur, 2009.

LÓPEZ, Gustavo e LOPEZ, Mark Hugo e KROGSTAD, Jens Manuel e PASSEL, Jeffrey S. e PATTEN, Eileen. Millennials Make Up Almost Half of Latino Eligible Voters in 2016. **Pew Research Center**, Washington, D.C. 19 de Janeiro de 2016. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/hispanic/2016/01/19/millennials-make-up-almost-half-of-latino-eligible-voters-in-2016/>. Acesso em: 28 de Fevereiro de 2021.

LOPEZ, Mark Hugo e KROGSTAD, Jens Manuel. Hillary Clinton won Latino vote but fell below 2012 support for Obama. **Pew Research Center**, Washington, D.C. 29 de Novembro de 2016. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/fact-tank/2016/11/29/hillary-clinton-wins-latino-vote-but-falls-below-2012-support-for-obama/>. Acesso em: 28 de Fevereiro de 2021.

LUCE, Mathias Seibel. "**Teoria marxista da dependência: problemas e categorias - uma visão histórica.**" São Paulo: Expressão Popular, 2016.

MAÑÁN GARCÍA, Oscar; DELAGADO WISE, Raúl. Migración e integración México-Estados Unidos. Clivajes de una relación asimétrica. In: CLACSO (org.). Repensar la teoría del desarrollo en un contexto de globalización. Homenaje a Celso Furtado. Buenos Aires: CLACSO, 2007.

MARTINS, Carlos Eduardo. A teoria marxista da dependência à luz de Marx e do capitalismo contemporâneo. Caderno CRH, Salvador, v. 31, n. 84, set.-dez. 2018, p. 463-481.

MARX, Karl. O Capital. Crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVAS, Michael A. e BATES, Willam B. **Perchance to DREAM: A legal and Political History of the DREAM Act and DACA.** Nova York: NYU Press, 2020.

PASSE, Jeffrey S e KROGSTAD, Jens Manuel e LOPEZ, Mark Hugo. A majority of Americans say immigrants mostly fill jobs U.S. citizens do not want. **Pew Research Center**. Washington, DC., 10 de Junho de 2020. Disponível em: <https://pewrsr.ch/2MOaLEx>. Acessado em: 07 de março de 2021.

ROMAN, Richard e ARREGUI, Edur Velasco. “**La Gran Cazuela en América del Norte: Gran Capital, Trabajadores y sindicatos en la época del TLCAN**” (CISAN-UNAM, 2016), p. 111-152.

SCHAEFFER, Katherine. The most common age among whites in U.S. is 58 – more than double that of racial and ethnic minorities. **Pew Research Center**. Washington, D.C., 30 de Julho de 2019. Disponível em: <https://pewrsr.ch/315iK5e> Acesso em: 06/03/2021.

SOTELO VALENCIA, Adrian. “**Estados Unidos en un mundo en crisis : Geopolítica de la precariedad y la superexplotación del trabajo**” — Barcelona : Anthropos Editorial ; México : UNAM. Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades, 2019, p.145-182.

SUTCLIFFE, Bob. Atravessando as fronteiras do imperialismo. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política.

VARELA, Julio Ricardo. New Census Data Says 2016 National Latino Voter Turnout Rate Did Not Increase. **Latino USA**. 15 de Maio de 2017. Disponível em: <https://www.latinousa.org/2017/05/15/new-census-data-says-2016/> Acesso em: 28 de Fevereiro de 2021.

WALLACE, Sophia e ZEPEDA-MILLÁN, Chris. Racialization in times of contention: how social movements influence Latino racial identity. **Politics, Groups, and Identities**. v. 1, n. 4, p. 510-527. Outubro, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/21565503.2013.842492>. Acesso em: 27 de Fevereiro de 2021.

WALLACE, Sophia. It's Complicated: Latinos, President Obama, and the 2012 Election. **Social Science Quarterly**. Vol. 93, n° 5, p. 1360-1383, Dezembro, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1540-6237.2012.00922.x>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2021.

ZEPEDA-MILLÁN, Chris. Weapons of the (Not So) Weak: Immigrant Mass Mobilization in the US South. **Critical Sociology**. v. 42, n. 2, p. 1-19, Maio, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0896920514527846>. Acesso em: 27 de Fevereiro de 2021.

ANEXOS

Anexo 1.

Tabela. Economia mexicana. Geração de divisas por origem (em milhões de dólares)

Ano	Setor de origem				
	Remessas	Turismo	Petróleo	Manufaturas	Agropecuário
1991	2.660	4.340	8.166	32.307	2.373
1992	3.070	4.471	8.307	36.169	2.112
1993	333	4.564	7.418	42.500	2.504
1994	3.475	4.855	7.445	51.075	2.678
1995	3.673	4.688	8.423	67.383	4.016
1996	4.224	5.287	11.654	81.014	3.592
1997	4.865	5.748	11.323	95.565	3.828
1998	5.627	6.038	7.134	106.550	3.796
1999	5.910	5.869	9.928	122.819	4.144
2000	6.572	5.953	16.383	145.261	4.263
2001	8.895	6.538	12.799	141.346	4.007
2002	9.814	6.695	14.476	142.031	3.866
2003	13.266	7.252	18.654	143.031	4.665

Fonte: Oscar Mañan García e Raúl Delgado Wise. Migración e integración México-Estados Unidos. Clivajes de una relación asimétrica. In: CLACSO (org.). Repensar la teoría del desarrollo en un contexto de globalización. Homenaje a Celso Furtado. Buenos Aires: CLACSO, 2007 [com dados de Banco de México, Bancomext (2002-2003) e INEGI].

Anexo 2

Mapa dos EUA com territórios



Fonte: Disponível em: <<https://pt.maps-usa.com/img/1200/mapa-dos-estados-unidos-da-am%C3%A9rica-com-estados.jpg>>. Acesso em julho de 2021.